UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI-URCA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ARTHUR HÁLAMO BEZERRA OLIVEIRA LEITE

CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PLANO BRASIL SEM MISÉRIA E OS RESULTADOS DO EIXO INCLUSÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE ARARIPE – CE.

CRATO-CE
2023

ARTHUR HÁLAMO BEZERRA OLIVEIRA LEITE

CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PLANO BRASIL SEM MISÉRIA E OS RESULTADOS DO EIXO INCLUSÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE ARARIPE – CE

Monografia apresentada ao Colegiado de Economia da Universidade Regional do Cariri — URCA, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, realizada sob a orientação da Professora Dra. Maria Messias F. Lima

CRATO-CE

2023

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor através do sistema
de geração automático da Biblioteca Central da Universidade Regional do Cariri - URCA

LEITE, Arthur Hálamo Bezerra Oliveira

L533c CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PLANO BRASIL SEM MISÉRIA E OS RESULTADOS DO EIXO INCLUSÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE ARARIPE – CE / Arthur Hálamo Bezerra Oliveira Leite. Crato-CE, 2023.

77p. il.

Monografia. Bacharelado em Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri - URCA.

Orientador(a): Prof.ª Dr.ª Maria Messias Ferreira Lima

1.Política pública, 2.Plano Brasil Sem Miséria, 3.Inclusão produtiva, 4.Araripe-CE; I.Título.

CDD: 330

ARTHUR HÁLAMO BEZERRA OLIVEIRA LEITE

CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA PLANO BRASIL SEM MISÉRIA E OS RESULTADOS DO EIXO INCLUSÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO DE ARARIPE – CE

Esta monografia foi julgada e aprovada para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri — URCA

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Messias Ferreira Lima
Orientadora - URCA

Profa. Dra. Rosemary de Matos Cordeiro
Examinadora - URCA

Profa. Dra. Eliane Pinheiro de Sousa
Examinadora – URCA

MONOGRAFIA APROVADA EM 02 de fevereiro de 2023.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as benções concedidas e por sempre iluminar meus passos e pelo dom da vida concedidos por Ele.

Aos meus pais, Francisca Edileusa e José Humberto, por me dá suporte em todas as coisas e por todo amor, incentivo e educação que me concederam e fizeram de mim ser quem eu sou. A eles, minha eterna gratidão e amor.

As minhas avós, Maria Euda (Dona Euda), minha segunda mãe e Olindina Oliveira (Dona Dindinha), *in memorian*, por todo amor, carinho, ensinamentos e conselhos a mim concedidos todos esses anos junto a elas.

A minha irmã, Jessika Bezerra (Jessika Kariri), por sempre estar presente, por todo o incentivo, e amor que nos entrelaçam; e aos meus demais familiares.

A minha namorada, Amanda Kelle, por estar sempre ao meu lado, por todo suporte, carinho e amor. Você foi essencial nessa jornada.

A minha professora orientadora, Dra. Maria Messias F. Lima, por ter disponibilizado seu tempo em aceitar a ser minha orientadora nessa fase final do curso, prestando-me todo apoio, assistência e atenção, sempre que necessário, a quem fui bolsista de Iniciação Científica, adquirindo bastante conhecimento e experiência, prestando-me todo apoio, assistência e atenção, sempre que necessário.

Ao professor Dr. Luís Abel, pelo apoio, compreensão e orientação enquanto fui bolsista de Iniciação Científica. Um grande professor e exemplo, guardo uma imensa admiração, tanto pessoal quanto profissional.

Aos membros da banca examinadora, as professoras Dra. Rosemary de Matos Cordeiro e Dra. Eliane Pinheiro de Sousa, pelas contribuições feitas neste trabalho.

Aos amigos: Andersson Mateus, Renan Feitosa, Eliene Andressa, Hortência Batista, Cicero da Costa pelo compartilhamento de conhecimento, pelas boas conversas e pelas lições de vida.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo fomento à pesquisa, financiando estudos que auxiliaram imensamente no meu desenvolvimento acadêmico.

A Universidade Regional do Cariri e ao curso de Economia por ter me acolhido e por todos os conhecimentos que obtive ali.

A todos vocês, meus sinceros agradecimentos!

“Sertão, argúem te cantô,
Eu sempre tenho cantado
E ainda cantando tô,
Pruquê, meu torrão amado,
Munto te prezo, te quero
E vejo qui os teus mistéro
Ninguém sabe decifrá.
A tua beleza é tanta,
Qui o poeta canta, canta,
E inda fica o qui cantá.”

(Eu e o Sertão, Patativa do Assaré)

LEITE, Arthur Hálamo Bezerra Oliveira. **Caracterização da política pública Plano Brasil Sem Miséria e os resultados do eixo inclusão produtiva no município de Araripe – CE.** [Monografia de Graduação em Ciências Econômicas]. 2023. 77f. Crato-CE: Universidade Regional do Cariri — URCA, 2023.

RESUMO

O Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) foi uma política pública de contexto nacional, destinada aos brasileiros que se encontravam em situação de extrema pobreza, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, lançada através do Decreto n.º 7.492 de 2 de junho de 2011, com prazo final para o ano de 2014. Atuou em três eixos: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. Executado no Estado do Ceará pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE). Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo caracterizar os impactos econômicos e sociais do PBSM/eixo inclusão produtiva na vida dos seus beneficiários no município de Araripe-CE. Para atingir o objetivo proposto, buscou-se inicialmente um embasamento na literatura sobre o Plano Brasil Sem Miséria no contexto do desenvolvimento rural, posteriormente foi feito a pesquisa de campo para coleta dos dados, realizada com uma amostra dos beneficiários do PBSM, durante novembro de 2022 até janeiro de 2023. Após a coleta os dados foram tabulados e analisados com base na estatística comparativa dos beneficiários antes e depois do programa. Os resultados indicam que a política em si, se mostrou eficiente em relação à implementação, mostrando-se relevantes para a eliminação da vulnerabilidade econômica e social que seus beneficiários se encontravam. Contudo, os efeitos positivos mostraram-se de alcance apenas de curto prazo, não sendo capaz de promover mudanças econômicas e sociais significativas no contexto do desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Política pública; Plano Brasil Sem Miséria; Inclusão produtiva; Araripe-CE.

LEITE, Arthur Hálamo Bezerra Oliveira. **Caracterização da política pública Plano Brasil Sem Miséria e os resultados do eixo inclusão produtiva no município de Araripe – CE.** [Monografia de Graduação em Ciências Econômicas]. 2023. 77f. Crato-CE: Universidade Regional do Cariri — URCA, 2023.

ABSTRACT

The Brazil Without Misery (BSM) plan was a national public policy, aimed at Brazilians who were in extreme poverty, linked to the Ministry of Social Development and Fight Against Hunger. It was released through the Decree-Law No 7.492 from June 2nd, 2011, with the final deadline for 2014. It operated in three axes: income guarantee, access to public services and productive inclusion. Executed in the State of Ceará by the Technical Assistance and Rural Extension Company of Ceará (EMATERCE). In this sense, the present work aims to characterize the economic and social impacts of the PBSM/productive inclusion axis in the lives of its beneficiaries in the municipality of Araripe-CE. To achieve the proposed objective, a foundation was initially sought in the literature on the Brasil Sem Miséria Plan in the context of rural development, later a field research was carried out to collect data, carried out with a sample of PBSM beneficiaries, during November 2022 to January 2023. After collection, data were tabulated and analyzed based on comparative statistics of beneficiaries before and after the program. The results indicate that the policy itself proved to be efficient in terms of implementation, proving to be relevant for eliminating the economic and social vulnerability of its beneficiaries. However, the positive effects proved to be of short-term reach only, not being able to promote significant economic and social changes in the context of rural development.

Keywords: Public policies; Brazil Without Misery plan; Productive Inclusion; Araripe-CE

LISTA DE SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CADÚNICO	Cadastro Único
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
EMATERCE	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPC-IG	Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MESA	Ministério Especial de Segurança Alimentar
MST	Movimento Sem Terra
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PBSM ACT	Plano Brasil Sem Miséria – Acordo de Cooperação Técnica
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PGPAF	Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONAT	Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
SDA	Secretaria do Desenvolvimento Agrário
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SENARC	Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

LISTA DE QUADROS

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE FIGURAS

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema e problema

No Brasil, medidas para reduzir a pobreza ganharam bastante foco na agenda das políticas públicas, iniciada no final dos anos 1990 e consolidou-se nos anos 2000 no decorrer do mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva. No âmbito dessas políticas encontra-se medidas de caráter emergencial, mas também incluía programas de inclusão econômica e social a médio e longo prazo, tanto para residentes urbanos quanto para os residentes rurais, que estavam em situação de extrema vulnerabilidade. O modelo se caracterizou pela inclusão de todas as regiões brasileiras, assim sendo um modelo de universalização de assistência social, valorização do salário mínimo, ampliação dos serviços de educação, saúde e inclusão produtiva, principalmente para os agricultores de pequeno porte, que ganharam visibilidade enquanto categoria relevante para o processo de expansão do capitalismo no campo.

No ano 1995 houve uma reformulação dos tradicionais mecanismos da política agrícola no Brasil, como o Crédito Rural, Política de Garantia de Preços Mínimos e o Seguro Agrícola, como também a criação de novos mecanismos, exemplo, Prêmio de Escoamento da Produção e o Contrato de Opções, outro fator importante foi a criação de uma nova Lei de Classificação dos Produtos Vegetais, reformulação da estrutura de defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, programas de desenvolvimento tecnológico e extensão rural foram ampliados e o programa para renegociar dividas rurais (COELHO, 2012).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi o maior responsável por colocar uma categoria de agricultores e trabalhadores rurais como beneficiários de diversos programas de inclusão produtiva, e acesso à cidadania, através das suas diversas linhas de atuação, com destaque aqui nesta pesquisa o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM).

O PBSM foi lançado no ano de 2011, durante o mandato da Presidenta da República Dilma Rousseff, através Decreto n.º 7.492 de 2 de junho de 2011, visando superar a extrema pobreza no território brasileiro, com prazo final para o ano de 2014, consistindo em três pilares: garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva. Esses três pilares objetivam uma mitigação preliminar da extrema pobreza no

país, melhores condições de educação, saúde e cidadania dos beneficiários do programa e por fim a capacidade de geração de emprego e renda extra (BRASIL, 2011).

O desafio seria alcançar a maior quantidade de famílias, necessitando traçar parâmetros para uma definição da linha de extrema pobreza e definir critérios para potenciais beneficiários nas diversas modalidades de Programas sociais e de fortalecimento para o pequeno agricultor. A dificuldade estava em caracterizar e conceituar a extrema pobreza, sendo assim um grande desafio, pois não existe uma definição universal e/ou majoritária na literatura, aparecendo com diferentes interpretações, principalmente em um país – como o Brasil – em que nunca houve esforço para superar essa realidade, predominantemente histórica (FALCÃO, DA COSTA; 2014).

O planeamento e o engajamento de diversas Instituições e diversos setores da sociedade, como a descentralização das decisões, possibilitou a primeira conquista, tornar essa parcela da população visível para o poder público, isso só foi possível com o Cadastro Único (CadÚnico). Por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) foi possível mapear a pobreza, quantificar e mensurar os seus níveis de carência entre pobreza e extrema pobreza. O Banco Mundial definiu e estabeleceu a linha da extrema pobreza com base em parâmetros internacionais, considerando US$ 1,25 PPP por dia (*Purchase Power Parity*, tradução para o português Paridade do Poder de Compra) (FALCÃO, DA COSTA; 2014).

Desta forma, utilizou-se como referência os seguintes critérios: aqueles que detinham renda de R$ 70,00 per capita foram classificados na extrema pobreza, enquanto aqueles com R$ 140,00 per capita foram classificados como pobreza, visto que o salário mínimo no ano 2011 era R$ 545,00 (IPEADATA, 2022).

O PBSM nasce, de certa forma, como uma extensão do Programa Bolsa Família (PBF), embora o mesmo teve um caráter emergencial, ou seja, não possibilitando uma mobilidade social dos seus beneficiários, necessitando assim de outro eixo de política pública para proporcionar resultados sustentáveis em relação à eliminação da extrema pobreza e redução da pobreza, principalmente nos espaços rurais. No ano de 2011, antes de iniciar os primeiros passos do Plano Brasil Sem Miséria, existiam 36 milhões de pessoas que estavam sobrevivendo apenas com a renda familiar, o Bolsa Família perdurou por um longo período e foi responsável por retirar 14 milhões de pessoa dessa condição. Restavam 22 milhões de pessoas que ainda se encontravam na extrema pobreza, mesmo recebendo os auxílios do Bolsa Família (DA COSTA; FALCÃO, 2014).

O Nordeste brasileiro, uma das regiões mais populosas do País também concentrava no início do século XXI o maior número de pobres, tanto rurais quanto urbanos. Uma realidade imposta pelas adversidades naturais e agravada pelo sistema econômico e político, que historicamente manteve a concentração de riqueza, com destaque para a concentração de terra e água.

Os dados do Censo Demográfico de 2010, identificaram no Nordeste uma abundância de pessoas vivendo em condições de extrema pobreza, possuindo renda inferior a R$ 70,00 per capita, visto que 47,5% encontrava-se na área urbana e 52,5% na área rural, (VIECELLI; GAZOLLA; MARINI, 2017).

O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) em coparticipação com o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG/PNUD) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) mapearam a pobreza rural no Brasil, desta forma em 2015, lançaram o Atlas da Pobreza no Norte e Nordeste 2010, regiões com maior incidência de pobreza. O Atlas em 2010, constatou no estado do Ceará, uma população residente em domicílios agrícolas, pluriativos, rurais não agrícolas e urbanos não agrícolas, uma população pobre de 2.567.909 habitantes e população na extrema pobreza de 1.340.902 habitantes. Tendo os municípios com maior taxa de extrema pobreza: Granja, Santana do Acaraú, Croatá, Ipaporanga, Miraíma, Choró, Irauçuaba, Amontada, Graça e Araripe (IPC-IG/PNUD, 2015).

O Ceará, um estado situado no nordeste brasileiro, tem Fortaleza como capital, possui limites com os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Piauí. Possui uma área territorial de 148.894,442 km² (IBGE 2020), com população estimada de 9.240.580 pessoas (IBGE 2021), visto que 6.346.557 habitantes na zona urbana e 2.105.824 habitantes na zona rural (IBGE, Censo Demográfico 2010), com índice de urbanização aproximado de 68,68%, densidade demográfica de 56,76 hab/km² e Índice de desenvolvimento humano 0,682 (IBGE, 2010). Existem 184 municípios no espaço cearense, a sua maioria com população inferior a 50.000 habitantes, dentre eles o município de Araripe, explorado com maior abrangência adiante. No município foram executados três lotes[1], o PBSM ACT (Acordo de Cooperação Técnica), Lote 03 e o Lote

[1] O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) difere dos Lote 03 e Lote 07, em relação ao número de parcelas do fomento. No Acordo de Cooperação Técnica (ACT), o valor de R$ 2.400,00 foi divido em duas parcelas, a primeira no valor de R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais) e a segunda no valor de R$ 1.000,00 (mil reais). Enquanto Lote 03 e Lote 07, foi divido em três parcelas, sendo a primeira de R$ 1.000,00 (mil e quatrocentos reais) e duas parcelas de R$ 700,00 (quinhentos reais). Totalizando R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) em todas as situações (EMATERCE, 2022).

07. O programa trabalhou com 80 agricultores no ACT e com 100 agricultores no Lote 03 e Lote 07, respectivamente, total de 280 beneficiários.

O artigo 11 do Decreto n.º 7.492 de 2 de junho de 2011, em que o Plano Brasil Sem Miséria foi criado, diz que para sua execução o PBSM pode firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos do mesmo gênero, com órgãos e entidades públicas da administração pública federal, bem como entidades da iniciativa privada. Desta forma o Governo Federal com colaboração do Governo do Estado do Ceará formam acordos para execução do plano. O Governo Federal fomentaria um valor em reais, divididos em parcelas, para que a unidade familiar rural escolhesse e investisse em uma atividade agrícola de seu interesse, em contrapartida, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE [2]) seria responsável pelo acompanhamento técnico.

Visando o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, o estado do Ceará buscou através da EMATERCE implementar medidas de profissionalização rural e melhoria da qualidade de vida dos agricultores cearenses, dentre as estratégias adotadas pode-se destacar as seguintes: divulgar e executar políticas governamentais para o setor agrícola do estado do Ceará, elevar a escala dos negócios da base familiar e melhorar o perfil da agricultura do Estado. (EMATERCE, 2009).

Dessa forma, o PBSM, pertence às estratégias do modelo de desenvolvimento rural, estruturado no final dos anos de 1990 e se consolidou nos anos 2000, contudo entrou em decadência na segunda década do século XXI. O modelo perpassa a visão setorial atribuída ao espaço rural e promove um conjunto de ações com alcance de curto, médio e longo prazo. É nessa perspectiva que esta pesquisa se estrutura, percorrendo os caminhos da investigação científica para conhecer e compreender os avanços e limites em relação à execução desse Programa no município de Araripe-CE.

Neste contexto, o estudo buscou caracterizar as etapas de execução e acompanhamento técnico dos beneficiários e assim responder a seguinte questão: o PBSM/eixo inclusão produtiva proporcionou transformações econômicas e sociais de forma sustentável na vida dos seus beneficiários residentes no meio rural do município de Araripe-CE?

---

[2] A EMATERCE é um órgão público estadual, de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Agrário do estado do Ceará (SDA). Tendo como missão de contribuir para o desenvolvimento sustentável da agropecuária do Estado, através da utilização de processos educativos na construção de conhecimentos pelos extensionistas, agricultores e suas organizações, que assegurem a geração de emprego e renda no meio rural (EMATERCE 2009).

1.2 Objetivos

Objetivo geral

Caracterizar os impactos econômicos e sociais do PBSM/eixo inclusão produtiva na vida dos seus beneficiários no município de Araripe-CE.

Objetivos específicos

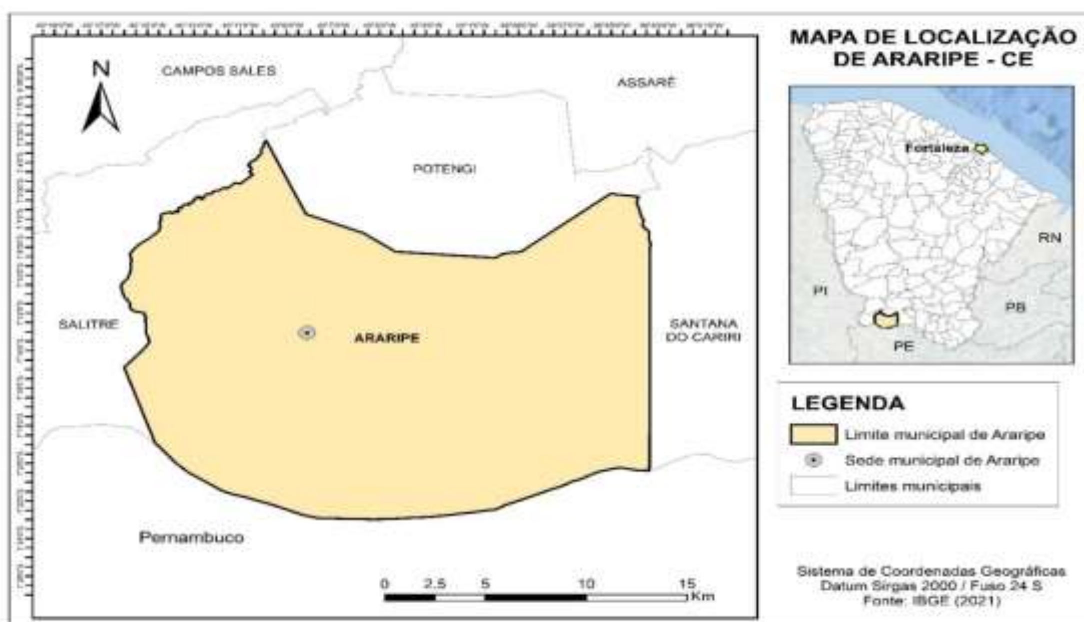
- Identificar as ações do Estado e o planejamento de políticas públicas para a redução da pobreza rural no Brasil;
- Caracterizar o Plano Brasil Sem Miséria no contexto do desenvolvimento rural;
- Examinar os resultados do PBSM/eixo inclusão produtiva na vida dos beneficiários residentes no município de Araripe-CE

1.3 Procedimentos Metodológicos

1.3.1 Delimitação da área geográfica de estudo

O município de Araripe está localizado no Território Cariri, no Sul cearense, encontra-se a 527 km da Capital Fortaleza, os municípios limítrofes são Potengi, Santana do Cariri, Salitre e o Estado do Pernambuco (Figura 1).

Figura 1- Mapa de Localização de Araripe/CE



Fonte: Sistema de Coordenadas Geográficas Datum Sirgas 2000/Fuso 24 S, (IBGE 2021).

O contingente populacional do Município em 2010 era de 20.685 habitantes, com 12.733 habitantes residentes na zona urbana e 7.952 habitantes na zona rual (IPECE, 2010), população estimada em 21.707 habitantes (IPECE, 2021), com índice de urbanização de 61,56%, possuindo uma área territorial de 1.097,339 km² (IBGE 2020), densidade demográfica de 19,73 hab/km², e Índice de desenvolvimento humano municipal de 0,564 (IBGE 2010), PIB per capita de R$ 7.875,07 (IBGE 2019).

Uma das maiores taxas de extrema pobreza no Ceará, segundo o Atlas da Pobreza no Norte e Nordeste 2010, encontrava-se no município de Araripe, tanto no campo como na cidade, desta forma o PBSM encontrou cenário adequado para sua imersão. O Plano no município contemplou agricultores familiares, assentados da reforma agrária e uma comunidade quilombola.

No ano de 2010, o município de Araripe fez parte do grupo de municípios com maiores proporções de extremos pobres no Ceará, atingindo percentual de 40,64% (DE MEDEIROS; DE PINHO NETO, 2011).

A execução do Plano se deu através das ações do Centro de Atendimento de Araripe, sob supervisão do Escritório Regional do Cariri Oeste da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), localizado no município de Campos Sales/CE. O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) ficou sob responsabilidade de um único técnico extensionista, enquanto o Lote 07 ficou sob responsabilidade de dois técnicos extensionistas, dividindo o número de beneficiários em partes iguais para cada técnico, conforme explicado por um técnico da EMATERCE.

1.3.2 Origem dos dados

A pesquisa foi desenvolvida com base em dados primários, obtidos através da pesquisa de campo com os beneficiários do PBSM no município, contemplando os subprogramas ACT e Lote 07, com 80 e 100 unidades familiares respectivamente, totalizando 180 beneficiários. Dispostos nas condições previstas na lei nº 12.512/2011, estarem inscritos no Cadastro Único para programas do Governo Federal e encontrar-se em uma situação de extrema pobreza (BRASIL, 2011).

Sobre a atuação do CadÚnico para identificação do público alvo do PBSM:

> O Cadastro Único provê informações completas sobre cada uma das famílias registradas, atualizadas no máximo a cada dois anos, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil educacional de cada um dos seus membros, seu perfil

> de trabalho e renda, as principais despesas, as características da construção dos domicílios, se há acesso a serviços como os de eletricidade, saneamento e coleta de lixo, se a família faz parte de grupos tradicionais ou específicos, se há situações de trabalho infantil, entre outras informações. (CAMPELLO et al., 2014, p.22).

Dispersos em 23 localidades do município, são elas: Água Branca; Alagoinha Dos Ferreira; Baixio Dos Ramos; Campina De Fora; Chapada Do Vitorino; Desapregado; Jatobá; Ladeira; Lagoa Grande; Monte Belo; Mulungu; Riacho Grande; Segredo; Serra Da Lagoa; Serra Do Pajeú; Serra Do Valado; Serra Dos Gino; Sitio Carão; Sitio Impueiras; Sítio Novo; Sítio Velho; Tamboril; Tanquinho e Teixeira.

Dentre essas localidades foram visitadas: Água Branca, Alagoinha Dos Ferreiras, Baixio Dos Ramos, Campina De Fora, Desapregado, Impueiras, Jatobá, Ladeira, Monte Belo, Mulungu, Riacho Grande, Segredo, Serra Da Lagoa, Serra Do Pajeú, Serra Do Valado, Sítio Carão, Sítio Novo, Tamboril e Tanquinho, para aplicação do questionário.

Dessa forma, para atingir o objetivo proposto, calculou-se uma amostra em relação à população pesquisada. Calcular o tamanho de uma amostra é de fundamental importância para determinar a quantidade de elementos necessários de modo a obter resultados válidos. O tamanho da amostra irá conduzir o aumento na precisão da pesquisa, o levantamento através de amostragem aleatória permite a aplicação de procedimentos estatísticos, que propicia aos dados uma análise que possa ser validada com mais segurança (MORESI et al., 2003).

Como o tamanho da população é conhecido, considerou-se para o cálculo amostral a seguinte fórmula:

$$n = \frac{Z^2 * \mathrm{p} * \mathrm{q} * \mathrm{N}}{e^2(\mathrm{N} - 1) + Z^2 * \mathrm{p} * \mathrm{q}}$$

Onde:

n = tamanho da amostra = 94

Z = Grau de confiança, utilizou-se Z = 95% de confiabilidade = 1,96

e = Erro absoluto para população finita (e = 7%).

N = O universo da pesquisa = 180 beneficiários

p = proporção. Trabalhou-se com proporção (**p**) de 50%. **p + q = 1**

Dessa forma, foram aplicados 94 questionários aos beneficiários do PBSM no município de Araripe-CE, visto que 50 questionários foram aplicados aos benefeciários

do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) e 44 aos beneficiários do Lote 07. Para o cálculo da amostra, considerou-se a homogeneidade apresentada pela população em estudo, foi utilizado um *erro* de 7%, alcançando assim a amostra mínima com representatividade estatística.

1.3.3 Método de análise

A investigação científica caracteriza-se pelo uso do método na busca pela compreensão/explicação dos fenômenos, em todas as áreas da ciência. No campo da ciência econômica, encontram-se muitas dificuldades, a economia não é uma ciência exata, logo as técnicas de investigação utilizadas dependem da natureza do objeto de estudo. A pesquisa proposta caracteriza-se como descritiva e explicativa. De acordo com Gil (1995) As pesquisas descritivas têm como finalidade descrever as características de determinado fenômeno, enquanto as pesquisas explicativas têm como propósito identificar as causas que determinam ou contribuem para ocorrência de determinado fenômeno.

Após a coleta, os dados foram tabulados e apresentados em tabelas, quadros e gráficos, seguidos de uma análise estatística comparativa. Através do método analítico, foi possível chegar a conclusões sobre o fenômeno, estudo que se propõe analisar os impactos econômicos e sociais do PBSM/eixo inclusão produtiva na vida dos seus beneficiários no município de Araripe-CE.

1.3.4 Estrutura da Monografia

O presente estudo está estruturado em cinco partes, incluindo a introdução e considerações finais. Na introdução consta a contextualização do tema e problema de pesquisa, objetivos e procedimentos metodológicos. A segunda parte destaca as ações do Estado e o planejamento de políticas públicas para a redução da pobreza rural no Brasil. A terceira, caracteriza o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) no contexto do desenvolvimento rural e, na quarta parte, buscou-se examinar os resultados do PBSM/eixo inclusão produtiva na vida dos beneficiários residentes no município de Araripe/CE, alcançados com o desenvolvimento da pesquisa. Na parte final encontram-se as considerações finais obtidas pela investigação.

2. ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E POBREZA RURAL NO BRASIL

2.1 Conceituando Estado e Políticas Públicas

O Estado como instituição de controle de autoridade coletiva é reconhecido na era da Modernidade, precisamente a partir do século XVIII. Implicando características como cidadania e representatividade de políticas pertencentes ao Estado da Era Moderna. O Estado apresenta-se como uma estrutura de organização política, administrativa e jurídica que compõe com a existência de um povo submetido a uma soberania dentre as demarcações de um território. Esse povo se organiza para formar uma sociedade sob orientação conjunta do Estado para manter um poder político soberano (SILVA; BASSI, 2012).

A única forma de intervenção do Estado acontece por meio das políticas públicas, visto que o mesmo é o único com poder de implantação, possuindo a capacidade de universalização, coerção e regulamentação. Podendo adotar medidas de caráter universal com capacidade de atendimento a todo o povo ou de forma difundida que tenha maior alcance. Torna-se ainda poder do Estado estabelecer regras para serem cumpridas e penalidades para aqueles que não a cumprem. Capacidade que se estabelece através da governabilidade, visto que a mesma consiste na competência em que a sociedade conferiu ao Estado de exercer o poder com intuito de governar e empreender as transformações (SILVA; BASSI, 2012).

Torna-se válido destacar a diferença entre o Estado e Governo, visto que as políticas públicas são ações desenvolvidas pelo Estado. Sobre essa diferença:

> [...] é possível se considerar Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HÖFLING, 2001, p.31).

Desigualdade é conceituada como uma alusão entre o desenvolvimento e a justiça social, pautado na distribuição de renda, educação, moradia, serviços de saúde, água e saneamento básico, acesso ao emprego, a bens comuns, à terra e ao poder decisão e de influência social. O desenvolvimento tem precedentes históricos de desigualdades no decorrer do tempo entre as nações, abrangendo grupos populacionais, comunidades e indivíduos de um país. É um processo em que esses atores interagem entre si em busca

de melhorias da condição de vida, tentando superar as injustiças e disparidades (PRATA, 1994).

Os países mais pobres buscam constantemente atingir os padrões de vida dos países mais ricos através da reprodução e adaptação de suas técnicas e instituições. Nota-se a constante emigração para os países ricos, visto que os pobres emigram porque seu país de origem não oferece condições adequadas para vida.

Após a Segunda Guerra Mundial, o mundo ficou conhecido como países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Países com padrões de vida elevados fizeram uma mudança para a democracia e deram uma proteção ao trabalho, que de certa forma foi restringida, mas funcional. Essa mudança aconteceu em torno da seguinte ordem: (i) industrialização; (ii) democracia; (iii) aumento dos padrões de vida; e (iv) estabelecer um grande Estado de Bem-Estar Social. No momento em que sociedades tradicionais entram em contato com as capitalistas, nota-se que os países mais pobres tendem a iniciar a luta pelo desenvolvimento econômico de modo a proporciona-lhes melhores condições de vida (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Nesse contexto, o Estado enfrenta o grande desafio de combinar as mais variadas demandas da sociedade, tendo como principal instrumento a capacidade de ofertar políticas públicas, necessitando de ampla avaliação da sua eficácia, diante dos desafios impostos, tanto pela pobreza, quanto pela exclusão social. Antes de adentrar o assunto sobre políticas públicas voltadas para a zona rural e a superação da extrema pobreza, faz-se necessário o entendimento do conceito de políticas públicas.

Existe na língua inglesa três palavras para indicar as dimensões da política: *polity*, *politics* e *policy*:

> A *polity* refere-se à "ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo" (FREY, 2000, p. 216), os aspectos estruturantes da política institucional, como sistemas de governo e funcionamento dos poderes. A *politics* diz respeito aos processos da dinâmica política e de competição pelo poder. A relação entre as forças e agentes políticos que competem pelo poder e pelos recursos do Estado sempre é tensa e dinâmica, oscilando entre conflitos e acordos, que perpassam as relações entre o poder executivo, legislativo e judiciário, entre Estado, mercado e sociedade civil, entre partidos e grupos parlamentares. A *policy*, por fim, é a dimensão dos resultados que derivam dessa interação entre as forças e agentes dos processos políticos sob o pano de fundo política institucional. As policies são "o Estado em ação", os conteúdos concretos da política. Na língua portuguesa há um só vocábulo (política) para essas três dimensões, o que leva por vezes a incompreensões (SCHMIDT, 2018, p.121).

A política pública discorre sobre um conglomerado de decisões políticas com o intuito de garantir o equilíbrio social ou até mesmo introduzir desequilíbrios capazes de

modificar essa realidade. Pode-se considerar como uma estratégia versátil para vários desfechos, onde todos têm como foco aquilo desejado pelos variados grupos que compõe o processo decisório. Tendo como finalidade a consolidação da democracia, justiça social, manutenção do poder, felicidade das pessoas. Em outras palavras, é um sistema de decisões públicas capaz de promover ações ou omissões de caráter preventivo, ou corretivo, com o intuito de manter ou modificar a realidade de um, ou vários setores da vida social, para tal, recorre a estratégias e designação de recursos de modo a garantir seu objetivo (SARAVIA, FERRAREZI; 2007).

Sobre as características da política pública:

> a) institucional: a política é elaborada ou decidida por autoridade formal legalmente constituída no âmbito da sua competência e é coletivamente vinculante; b) decisório: a política é um conjunto sequência de decisões, relativo à escolha de fins e/ou meios, de longo ou curto alcance, numa situação específica e como resposta a problemas e necessidades; c) comportamental, implica ação ou inação, fazer ou não fazer nada; mas uma política é, acima de tudo, um curso de ação e não apenas uma decisão singular; d) causal: são os produtos de ações que têm efeitos no sistema político e social (SARAVIA, FERRAREZI; 2007, p.31).

Como explicam Silva e Bassi (2012), as políticas públicas podem ser relacionadas conforme sua origem de demanda de ações. Podendo ser de: i) Origem em desejo, expressa a demanda por uma praça, demandada pela população local; ii) Origem em interesse, expressa em ações de infraestrutura rodoviária, que atende o coletivo, porém sofre pressão e articulação política das empresas privadas; iii) Origem em necessidade, expressa um problema coletivo por necessidade básica, como saneamento, visto que é um problema necessário de se resolver, mas que pode viver sem; iv) Origem em sobrevivência, expressa quando a população não tem acesso ao básico para a sobrevivência, como alimentação básica em extrema pobreza; v) Origem em ideologia, expressa em ações que o governo compreende como estratégias para o Estado e prioriza tais ações, por exemplo, Pró-álcool na década de 1970.

Destaca-se que apesar do Estado ser o único com poder de desenvolvimento e implantação de políticas públicas, consegue firmar parcerias com Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas, outras instituições públicas e quaisquer atores que são considerados úteis as políticas públicas.

2.2 Natureza e principais causas da pobreza rural no Brasil

O termo pobreza traz várias concepções diferentes e compreender seus conceitos se torna algo fundamental que permite uma visão mais clara e objetiva sobre o assunto. Entender esse fenômeno abre espaço para ser possível traçar políticas públicas que busquem trazer soluções. Conceituar pobreza é bastante complexo, podendo ser compreendido através da ótica econômica ou não-econômica, podendo ser dependente ou não da estrutura sócio-político (CRESPO e GUROVITZ, 2002).

Na literatura é consenso entre os estudiosos, a dificuldade e complexidade em definir pobreza, visto que a pobreza não é uma mera separação daqueles pobres dos não-pobres, compreende toda uma estrutura e adversidades consideradas em torno de sua definição. Abaixo tem-se a ótica de três autores sobre a perspectiva da pobreza.

Fenômeno multidimensional associado às questões econômicas, culturais e políticas. Na sua configuração, a pobreza se refere às privações de bens materiais, condições habitacionais, abastecimento de água e esgoto, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, também na insuficiência de rendimentos, etc. assim, tem-se um dos principais desafios, mensurar e identificar as populações em estado de pobreza (NEDER, 2008).

Pobreza é uma posição em que indivíduos ou grupos populacionais vivem incapacitados de satisfazer suas necessidades básicas a vida, como alimentação, moradia, vestuário, saúde e educação, decorrentes da falta de renda ou inexistência de consumo (COSTA; COSTA, 2016).

Amartya Sen (2018) explica que o baixo coeficiente de renda é um critério comumente utilizado para identificar pobreza e uma de suas principais causas, mas a perspectiva da pobreza vai além e o autor acrescenta a privação das capacidades básicas de um ser humano.

No Brasil, independente da forma que a pobreza está sendo analisada, consta-se que necessariamente a pobreza do país está vinculada a desigualdade sociais e as diferenças absurdas na alocação da renda que historicamente estiveram presente na realidade brasileira. Remete a uma trajetória de construção das normas de convívio, da cidadania, da economia nacional e das relações de poder, enquanto responsabilidades legais e institucionais que resultaram nas atuais relações sociais e de trabalho (GODINHO, 2011).

Desta forma, o Brasil não é um país pobre, mas um país que apresenta uma quantidade elevada de pobres. Essa quantidade elevada de pobres é resultante de uma estrutura desigual, visto que existe um sistema precário de alocação da renda e de oportunidades de inclusão econômica e social (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

Em um cenário social fragilizado e desigual que não possibilita ao cidadão uma renda fixa que seja compatível com os padrões básicos de vida e subsistência de sua família, torna papel das políticas sociais conhecer e estabelecer meios capazes de enfrentar e mudar essa realidade de invulnerabilidade onde a sociedade está imposta (GODINHO, 2011).

Sawaya et al. (2003), explicam haver diferenças entre a pobreza urbana e rural. A carência para escoamento da produção, falta de crédito agrícola, fome provocada pela sazonalidade das secas, escassez de água, baixa assistência de saúde são exemplos de determinantes da pobreza que atingem a zona rural. Enquanto a pobreza urbana apresenta alguns de seus determinantes através da baixa escolaridade materna, gravidez precoce, principalmente na adolescência, elevado índice de desemprego e violência, isolamento social, baixas condições de saneamento e moradia.

O meio rural e urbano apresenta necessidades parecidas, porém demonstram algumas particularidades. Fatores como acesso à terra, água, serviços básicos de saúde e educação, formação da renda e outros são mais agravados nas zonas rurais e notados como responsáveis diretos pelo estado de sua privação, enquanto nas zonas urbanas, existe uma maior oferta de oportunidades de negócios e as questões básicas carentes da zona rural não se tornam o fator central, mas ainda estão presentes na zona urbana. Quando se tratando da pobreza, se espera uma política com poder de modificar as necessidades rurais e urbanas de forma igualitária (COSTA; COSTA, 2016).

Entendido um breve contexto sobre a complexidade da pobreza e seus conceitos, toma-se adiante uma trajetória no sentido da pobreza estrutural e como a pobreza afeta a zona rural brasileira.

Para Santos (2011), existe um tipo de pobreza chamada de pobreza estrutural. O autor define como uma pobreza que não é local e muito menos nacional, atingindo proporções mundiais e tornando-se globalizada. É uma pobreza decorrente não apenas da falta de emprego, mas também pela redução do valor de trabalho e equivalente a uma dívida social, partindo de uma visão moral e político. Apesar do efeito globalizado, é um tipo de pobreza mais disseminada nos países mais pobres.

Desta forma, é uma pobreza concreta que se manifestou no período de globalização e que se dissemina nas particularidades que ocorreram na trajetória histórica de cada país em suas particularidades. É deixar de ser pobre em um lugar para ser pobre em outro.

Existe um vínculo entre a pobreza rural e o processo de industrialização e urbanização acontecido na metade do século XX, onde trouxe consigo uma grande dualidade, o aumento da produção econômica e os severos resultados sociais, em especial a pobreza. Além disso, a pobreza rural no Brasil traz consigo os seguintes determinantes históricos:

> a) Acesso à terra: quando a pobreza é tratada a partir de outras variáveis para além da renda, sobressai a questão da posse e acesso à terra uma vez que a negação desse direito é um importante fator de exclusão social. b) Capacidades humanas: nesse aspecto se destacou o papel fundamental da educação na elevação da renda das pessoas e das próprias famílias, porém quesitos como repetições, defasagens e qualidade do ensino carecem de melhor avaliação; c) Outras formas de capital físico: diversas formas de capital atuam decisivamente no aumento da renda e da produção, embora para a maioria dos estabelecimentos a propriedade da terra é o capital mais importante, cuja dimensão condiciona as formas de investimento; d) Acesso e participação nos mercados: devido às deficiências tecnológicas e à própria qualidade dos produtos, grande parte dos agricultores acaba sendo excluída dos mercados; e) Acesso a serviços básicos: estes tipos de privações são elementos-chave para se entender porque a pobreza rural permanece em patamares elevados em todas as regiões do mundo; f) Infraestrutura: ressaltaram-se as deficiências, especialmente, no que diz respeito à habitação, saneamento básico, transportes, lazer, cultura e serviços específicos nas áreas de saúde e educação; g) Oportunidades de trabalho: em muitas regiões do país já começaram a surgir dificuldades de alocação da mão de obra rural, seja na agricultura ou em outras atividades produtivas (MALUF; MATTEI, 2011, p.18,19).

Os autores ainda explicam, que aqueles domicílios rurais que apresentam extrema pobreza possuem uma grande dependência do Estado, através dos programas de transferência de renda. Apesar de tamanha dependência, os programas de transferência de renda não são suficientes para retirar essas famílias da situação de extrema pobreza. Mesmo com essa situação precária das condições de vida no campo, em especial no Norte e Nordeste, nota-se uma redução da pobreza, principalmente no início da década do século XXI. Os grandes responsáveis por essa redução são: à valorização dos salários, expansão do emprego formal e das oportunidades de trabalho no geral, fortalecimento das políticas de apoio os agricultores familiares e a ampliação das políticas públicas de transferência de renda, como foco especial para a previdência rural (MALUF; MATTEI, 2011).

Para reduzir a pobreza multidimensional torna-se válido a adoção de políticas públicas direcionadas para população mais pobre. Tendo foco na educação, trabalho,

demografia, comunicação, informação, saúde e melhoria na distribuição de recursos entre os estados com propósito de amenizar as disparidades regionais, visto que essas são as dimensões que mais acometem a pobreza (SOUSA et al., 2021).

A pobreza é uma temática política e sua superação envolve questões de política, cidadania e democracia. As políticas macroeconômicas das quais tem influência direta na pobreza, exemplo dos anos 70 e 60 em que ocorreram as crises macroeconômicas, com elevados processos inflacionários e a dívida externa que geraram em populações mais pobres. O crescimento com desemprego é um dos principais entraves nos processos de superação da pobreza, assim, faz-se necessária a inclusão dos pobres nos assuntos do crescimento econômico para se poder obter um crescimento econômico sustentável. Tem-se que desenvolver políticas capazes de provocar a inclusão social e dinâmicas que substituam as transferências, pensando em políticas capazes de atender capacidades e oportunidades das quais admitam a formação de uma estrutura socioeconômica (ECHEVERRI, 2011).

Sobre as estratégias de para redução da pobreza, destaca-se:

> i) promover uma intensificação "amigável" da agricultura familiar por meio da inclusão econômica e da diversificação, com políticas públicas em prol deste público, como o PRONAF, PNAE, PAA e práticas sustentáveis; ii) promover uma agricultura comercial mais dinâmica, por meio de parcerias com a agricultura familiar; iii) promover um crescimento no setor não agrícola nos setores de processamento, serviços e infraestrutura; iv) promover a migração para essas regiões através do investir na educação (capital humano migrável); v) promover políticas de proteção social (BRESNYAN, 2011, p.63).

Nesse cenário, surge no ano de 2011, o Plano Brasil Sem Miséria como estratégia de superação da pobreza e extrema pobreza no território rural brasileiro, contando com um modelo institucional que agrega ações articuladas entre as esferas do poder público, centrado em uma multidimensionalidade que assume a pobreza para além do espectro monetário e traz consigo a preocupação de inclusão de um público vulnerável, garantindo condições de bem-estar da população rural, de modo a superar a extrema pobreza.

2.3 Políticas sociais e de desenvolvimento no Brasil

O Estado brasileiro adquire aspectos industrialistas e populistas conforme o desenvolvimento econômico progredia e ordenava a estrutura social, buscando por meio das políticas sociais admitir os trabalhadores urbanos. O modelo de substituição de importação uniu-se com o apoio político desses atores, que amparavam o autoritarismo

estatal com o fortalecimento da classe média, como condição a ser atendida para consolidar-se o mercado interno.

A decadência do projeto desenvolvimentista, marcado pela falta de progresso econômico, inflação crônica e crise fiscal, traz consigo o Estado Reformador. Tendo o papel de implementar os ajustes econômicos indispensáveis para estabilização monetária, transformação produtiva e o redirecionamento econômico da região orientada para o mercado exterior. A partir dessa conjuntura em que as políticas sociais recebem caráter compensatório para diminuir os impactos nos aspectos sociais, provocados pela reorganização do sistema produtivo, garantindo a estabilidade do regime de transição (PINHEIRO, 1995).

As políticas públicas são responsáveis por um impulso inicial a uma rede de influências bastante complexo em vários aspectos do desenvolvimento, são divididos em cinco grandes extensões: social, econômica, ambiental, territorial e político-institucional. O desenvolvimento terá resultados conforme as combinações das políticas públicas direcionadas pelo Estado. As relações de políticas públicas e desenvolvimento dependem da dimensão e da qualidade dessas políticas, esse fato é explicado através do tamanho de sua cobertura, da qualidade dos bens e serviços ofertados à população, bem como abrangência do investimento administrado pelo Estado. Tornando-se fator fundamental a ser considerado para o ritmo de expansão da atividade, ou seja, o crescimento econômico, e também para a qualidade do aumento da produtividade (CASTRO; OLIVEIRA, 2014).

Em meados dos anos 1990, o Brasil inicia a implementação de uma gama de políticas públicas com foco na agricultura familiar. Dessa forma, a agricultura familiar passaria a ser reconhecida como um vetor para o desenvolvimento rural, tal processo foi acompanhado através da mobilização de organizações sociais rurais bem como ao desenvolvimento de pesquisas e produção de literatura técnicas e científicas em que mostraram a importância socioeconômica desse setor.

O modelo de desenvolvimento rural foi estruturado com base nas transformações ocorridas no espaço rural brasileiro nas últimas décadas bem como conciliar as demandas dos movimentos sociais e do capital que se avolumavam nesse período, os primeiros pressionaram o Estado com as mobilizações e conflitos no campo, o segundo, pautado pela expansão da agenda neoliberal no País, exigindo assim a adoção por parte do Estado de um conjunto de políticas para viabilizar o desenvolvimento rural, que inclui a redução da pobreza rural e o acesso à cidadania.

Silva et al. (2002), explicam que as transformações ocorreram em três esferas, abrangendo uma agropecuária moderna (commodities e agroindústrias), com principal foco na prestação de serviços e por novos nichos de mercado que impulsionaram novas atividades na agropecuária. Por uma nova demanda, esses serviços que já eram explorados adquiriram uma nova roupagem, assim, surgindo novas alternativas de emprego e renda. As novas políticas de desenvolvimento rural objetivavam a infraestrutura, habitação, geração de rendas, preservação do meio ambiente e da cultura local, tornando o espaço rural multifuncional.

Esse conjunto de políticas passou por três gerações. Segundo Grisa e Schneider (2015) tem-se a primeira geração pautada nas demandas dos segmentos sociais, com foco agricultura familiar, com destaque para as ações do Pronaf. Portanto, a primeira geração proporcionou um referencial do setor, no âmbito agrícola, por meio da garantia da produção e preço, principalmente pelo crédito rural. No âmbito agrário, por meio de políticas de assentamento de reforma agrária.

A segunda geração tem como ponto de partida um novo referencial do setor, desta vez com foco social e assistencial, iniciando entre 1997 e 1998, emergindo as políticas de transferência de renda - o Vale Gás, o Bolsa Escola e Bolsa Alimentação -, ainda durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Em 2003 é criado o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), com objetivo de promover o desenvolvimento e infraestruturas no espaço rural. Pôr fim a terceira geração, traz consigo a construção de novos mercados para escoamento dos produtos e serviços vindos da agricultura familiar, tendo como objetivo a segurança alimentar e a sustentabilidade, destaca-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), agroindústrias, selos e certificações ambientais (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Na cadeia de programas, o Fome Zero, implementado durante o primeiro mandato do presidente Lula (2003 a 2006), foi pioneiro e percursor das políticas com foco na segurança alimentar. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado com bases sólidas do Fome Zero, de modo a assegurar alimentação para os que vivem em situação de insegurança alimentar e fortalecer a agricultura familiar (HESPANHOL, 2013).

Constituído por meio das ações de vários ministérios, principalmente o Ministério Especial de Segurança Alimentar (MESA), o programa Fome Zero atuou na transferência de renda monetária por meio do Cartão-Alimentação, distribuição de cestas

básicas, criou bancos de alimentos e restaurantes populares, comprou alimentos oriundos da agricultura familiar, construiu habitação popular e poços artesanais, atuou também na distribuição de leite, educação alimentar e alfabetização (DE ALMEIDA, 2004).

No final do ano de 2003, o Ministério de Segurança Alimentar foi incorporado ao Ministério de Assistência Social. Através dessa fusão, durante o mandato do ex-presidente Lula, foi criado um programa de transferência de renda, o Bolsa Família. O novo programa unificou outros três programas criados no mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o Auxílio Gás, Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação (DE ALMEIDA, 2004).

Apesar das políticas públicas conseguirem minimizar a pobreza no meio rural, notam-se inúmeras famílias pobres, onde muitas são compostas por pessoas de idade avançada e com pouca perspectiva de melhorias nas condições econômicas. Esse impacto negativo faz com que os estímulos aos jovens do meio rural se tornam cada vez menor para dar continuidade ao trabalho rural e os idosos não apresentam condições favoráveis para aumentar o sistema produtivo. Tais problemas, somados a precarização das condições produtivas da terra, são compensados em sua maioria por auxílios financeiros provindos de programas da assistência social (CAZELLA et al., 2016).

Dessa forma, apesar do esforço empreendido nessas políticas para buscarem favorecer as questões da agricultura familiar não foram suficientemente articuladas de maneira a provocar um processo de transformação daquelas unidades produtivas economicamente debilitadas, CAZELLA et al., 2016).

O estado brasileiro desenvolveu um conjunto variado de políticas públicas com foco na área social até 2014, delimitado intrinsecamente no interior do organismo estatal, promoveu programas e ações de três tipos básicos: (i) garantia de renda, (ii) garantia da oferta de bens e serviços sociais, ocorrendo principalmente através dos gastos públicos pelo aparato do Estado; e (iii) regulação, envolvendo poucos gastos e mais recursos de poder com o intuito de regular o comportamento dos agentes econômicos (CASTRO, OLIVEIRA; 2014).

Cabe registrar uma evolução da temática até 2014, perpassando uma compreensão estritamente econômica e seguindo para um entendimento mais amplo no campo do desenvolvimento social. Nota-se que no mesmo período, existiram inovações institucionais, bem como nas políticas públicas, que passaram a desenvolver ações em uma configuração conjunta e a ponderar os atores sociais como peça fundamental para enfrentar a pobreza. Desta forma contribuiu para criar um cenário que fortaleceu a

relevância das políticas públicas e como os atores sociais passam a participar desse processo (ZIMMERMANN et al., 2014).

O Estado, em relação à ótica da proteção social, assume o papel de reducionista e com foco nas situações mais agravadas, com elevado nível de seletividade e focalização, voltadas para os que se encontram na extrema pobreza, recorrendo à ação humanitária ou solidária da sociedade. As políticas sociais brasileiras sofrem alterações quando se trata da ampliação de programas compensatórios na esfera da transferência de renda nas variadas formas e estágios de operação, seja municipal, estadual e/ou federal (YASBEK, 2004).

No âmbito da agricultura, as políticas públicas, como financiamento rural, passam a ser descentralizadas por meio dos Conselhos Municipais, desenvolvimento rural, financiamento habitacional, entre outros, proporcionando o surgimento de novos atores sociais, especialmente o agricultor familiar e o produtor agropecuário. Entretanto, as políticas sociais têm apresentado insuficiência para resolver problemas daqueles grupos populacionais denominados esquecidos históricos, como os caboclos, indígenas e quilombolas (GEHLEN, 2004).

A estratégia brasileira para desenhar o desenvolvimento rural foi apoiado na ideia de existência de três faces de expansão: consumo de massa, recursos naturais e infraestrutura, dos quais devem ser fortalecidas através da inovação tecnológica e encadeamentos produtivos tradicionais. Justifica-se que essa fórmula se apoia em um padrão viável de expansão econômica a longo prazo no Brasil, como ocorreu no passado com o processo de industrialização (BIELSCHOWSKY, 2012).

As questões agrárias brasileiras surgem com características variadas e peculiares, demandando uma gama de ações, agindo no aspecto micro, voltadas para produtos, grupos populacionais e/ou regiões especificas. Como no aspecto macro, voltadas para tentativa de alcançar a maior quantidade de beneficiados nas variadas regiões do país. O desenvolvimento rural no Brasil é compreendido a partir do momento em que a ótica se amplia para a relação histórica entre o campo e a cidade, rural e urbano, setor primário e demais setores econômicos. Tornando-se possível quando se entende o recorte histórico que cada região do país vivenciou e os motivos pelos quais determina a implementação das políticas para o espaço rural e sua aceitação (MIELITZ NETTO; DE MELO; MAIA, 2010).

O instrumento de transferência de renda tende a reduzir a vulnerabilidade econômica no curto prazo, não oferecendo uma mudança real nas condições de vida, tão

pouco de forma geracional, esperada pelo desenvolvimento. Desta forma, apenas as políticas universais agregadas a múltiplos instrumentos, conjunturais e estruturais, que possibilitem um confronto da pobreza e até mesmo a erradicação da extrema pobreza (MALUF; MATTEI, 2011).

Portanto, torna-se necessária a ação das políticas públicas com foco no meio rural que não tornem as famílias agrícolas apenas dependentes, mas independentes do sistema de transferência de renda. Políticas capazes de assegurar a superação da pobreza e exclusão social de forma geracional, oferecendo as condições para que o processo sucessório no campo possa ocorrer, principalmente para os agricultores familiares. O PBSM assume exatamente esse papel com esforço de diminuir a dependência das transferências públicas, mesmo funcionando por meio de uma política de transferência, o plano age oferecendo fomento e assistência técnica, imprescindíveis para a produção e desenvolvimento dos estabelecimentos agrícolas, possibilitando a permanência da população rural no campo com capacidade de geração de renda e emprego.

3. PLANO BRASIL SEM MISÉRIA NO CONTEXTO DO DENSENVOLVIMENTO RURAL

3.1 Desenvolvimento rural como estratégia de desenvolvimento

A Revolução Verde foi responsável pela modernização no cenário rural global na década de 1960, através da propagação de novas tecnologias, sementes, práticas agrícolas e modernização do campo. Propondo elevar o nível e o potencial da capacidade produtiva agrícola. O cenário rural brasileiro também foi palco da Revolução Verde, acontecendo ainda na década de 1960, durante o período da Ditadura Militar.

O avanço tecnológico na agricultura possibilitou novos processos de produção, possibilitando aumentar a produção por hectare e sua eficiência, no sentindo em que conseguiu diminuir expressivamente os custos de produção. No Brasil, a modernização da agricultura acontece com o surgimento das agroindústrias (MIELITZ NETTO; DE MELO; MAIA, 2010).

Desta forma o Brasil passou a produzir em larga escala, considerado um grande produtor e exportador de alimentos, entre os produtos de maior escala de exportação encontravam-se a soja e o milho. Através desse movimento e a categoria de agroexportador, o Brasil institui fomentos para a pesquisa agrícola e rural, assim, surge a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), tornando-se excelência científica em pesquisa agropecuária.

A Embrapa, foi criada em 26 de abril de 1973, através da Lei n.º 5.851, durante o governo do Presidente Emílio Garrastazu Médici, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), tendo como missão viabilizar soluções de pesquisa, desenvolvimento e inovação para a sustentabilidade da agricultura, em benefício da população brasileira. Com visão de ser protagonista e parceira essencial na geração e no uso de conhecimentos para o desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira até 2030 (EMBRAPA, s.d).

Contudo, os resultados desse modelo agravou os índices de pobreza, exclusão social e violência no campo, que exigiram uma reorientação das políticas públicas para o campo que até então eram voltadas apenas para o desenvolvimento agrícola. Da década de 1990 em diante, surgem demandas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, ou seja, políticas que transformem o espaço rural, a vida da sua população e a ampliação das atividades produtivas.

Para Navarro (2001), é extremamente importante discutir o significado de desenvolvimento, seja no âmbito acadêmico como político, desta forma, no Brasil notam-se expressões com variados significados e uma ampla contextualização. Assim têm-se as seguintes expressões: Desenvolvimento agrícola, trata da condição da produção agrícola e pecuária, estando diretamente ligado à produção agropecuária, voltada para a área plantada, produtividade, formatos tecnológicos, economicidade, uso do trabalho como fator de produção, etc. Se tem o desenvolvimento agrário, trata das relações do mundo rural com a sociedade, referindo-se ao todo e não apenas na parte agrícola. Concentrando-se nas instituições, políticas, disputas entre classes, condições de uso e acesso à terra, relações de trabalho e suas mudanças, conflitos sociais e mercados.

Ainda segundo Navarro (2001), o desenvolvimento rural, que diverge dos outros, por ser uma ação previamente articulada com pretensão de induzir mudanças em um determinado ambiente rural. Porém, sua definição variou no decorrer do tempo, contudo, todas prezam pela melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento. Por fim, o desenvolvimento local, expressão recente e deriva de duas grandes mudanças, a multiplicação de ONGs, que atuam em determinadas localidades, de modo a criar estratégias de ação local. A segunda mudança está nos processos de descentralização.

O advento da modernização foi de caráter universal e após a década de 1960 no Brasil, a Revolução Verde detinha um modelo mais preciso para desenvolvimento do meio agrícola, acompanhado de políticas agrícolas que possuíam o objetivo principal de modernizar a agricultura. No início da década 1960, as políticas agrícolas assumem papel de estímulo à empresa rural. Na década de 1970, a compra de equipamentos e maquinário agrícola é facilitada com os subsídios e acesso ao crédito. Na década de 1980, o envolvimento com a crise da dívida externa, aumentaram os esforços das políticas de modo a intensificar a produção e diversificar produtos agrícolas destinados à exportação com o intuito de gerar divisas para pagar os serviços da dívida. Essa gama de acontecimentos somou para privilegiar um modelo de agricultura mecanizada. Com um Estado financiador, o setor agrícola progrediu tecnologicamente nos diversos processos de produção rural (MIELITZ NETTO; DE MELO; MAIA, 2010).

O desenvolvimento rural ganhou proporções no cenário brasileiro através da Revolução Verde, ofuscando outro fator de fundamental importância, a agricultura familiar. Visto que o desenvolvimento rural estava relacionado à grande produção de país agroexportador. Porém, na década de 1990, se estrutura uma nova estratégia para o

desenvolvimento rural, essa estratégia tinha como objetivo o reconhecimento e fortalecimento da agricultura familiar como uma categoria importante econômica e socialmente para o País, reconhecido o seu papel passou a objeto de debate e planejamento para sua inserção como agente de desenvolvimento das regiões rurais. Esse reconhecimento culminou com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999. Schneider *et al*. (2004), afirmam que:

> O surgimento do Pronaf representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social — os agricultores familiares — que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultura de subsistência.

O Pronaf foi criado através do Decreto n.º 1.946, de 28 de julho de 1996, tendo como principal objetivo fortalecer a agricultura familiar, bem como contribuir para geração de emprego e renda na zona rural e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. Promover o desenvolvimento sustentável no âmbito rural através da implementação de ações que aumentem a capacidade produtiva, mantenham e gerem empregos que de fato permita uma expansão da renda, visando à melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares precoces ao exercício da cidadania (SCHNEIDER *et. al.*, 2004).

O programa teve a finalidade de promover o crédito rural aos pequenos produtores rurais que estavam exclusos de políticas públicas, considerada uma das mais importantes políticas agrícolas quando se trata de recursos financeiros. São participantes do Pronaf, aqueles que atendem os seguintes requisitos: agricultores familiares; pescadores artesanais (desde que autônomos); aquicultores que exploram área de até 2 hectares de lâmina d'água ou, então, um tanque-rede de até 500 metros cúbicos; maricultores; silvicultores que promovam o manejo sustentável de florestas nativas ou exóticas; extrativistas (exceto garimpeiros e faiscadores); quilombolas; indígenas; assentados da reforma agrária; beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PÉRSICO, 2011).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), reconhece a agricultura familiar como:

> [...] a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da

> reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças (MAPA, 2020, p.1).

Conforme a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, é considerado agricultor familiar, aquele que pratica atividades na zona rural, possui área de terra de até quatro módulos fiscais, mão de obra composta da própria família, possuindo sua renda ligada às produções de seu próprio estabelecimento ou empreendimento pela própria família.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foi pioneiro na política de crédito rural e na construção de novas medidas voltadas para fortalecimento da produção familiar, bem como, Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF) e a retomada da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública em anos posteriores reforçariam este cenário (GRISA, SCHNEIDER; 2015). Diante deste cenário e do surgimento do Pronaf como principal política de apoio a agricultura familiar, começa-se o desenho de novas políticas voltadas para o campo, que atua em vários eixos, que inclui financiamento, assistência técnica e a inserção ao mercado.

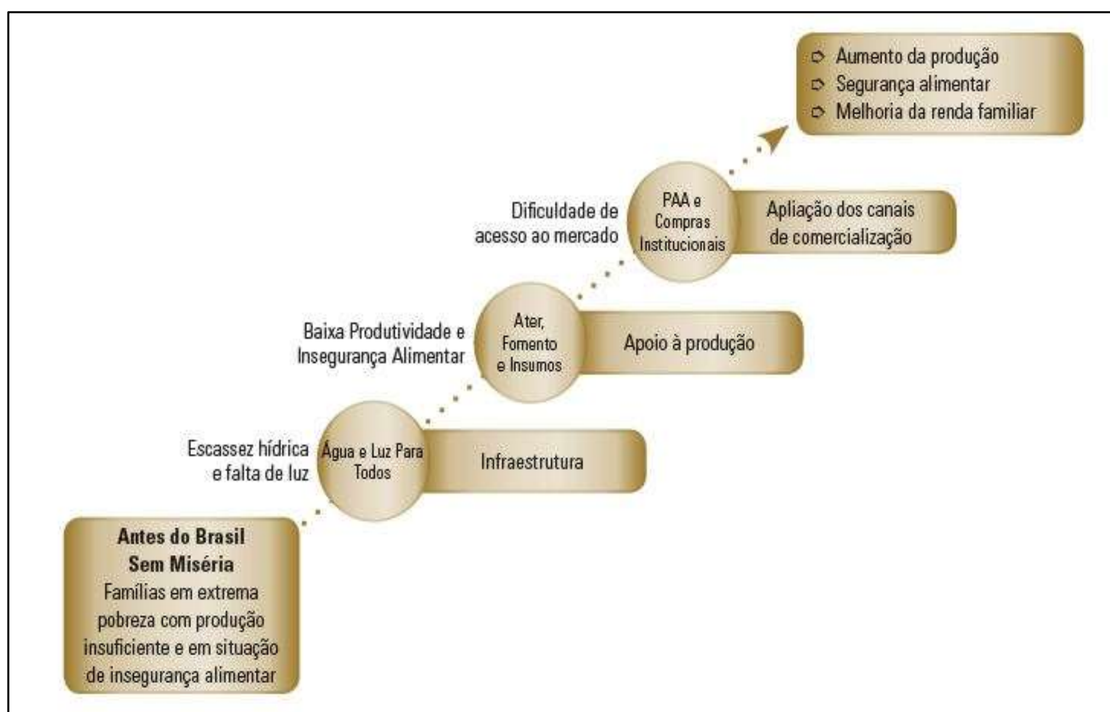
Muitas disputas e movimentos fortificaram e ganharam ainda mais espaço para a agricultura familiar, fruto das ações e estratégias de entidades de apoio, como, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento Sem Terra (MST) e várias outras entidades que entraram na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais da agricultura familiar, com o propósito de mudar o cenário e trazer melhorias para o pequeno produtor rural que se encontrava em precárias condições sociais. Todas as ações governamentais voltadas para o segmento social buscaram a transformação do rural e contribuíram para o surgimento do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) que objetivava combater à fome e gerar emprego e renda para a população rural.

3.2 Plano Brasil Sem Miseria, eixo de inclusão produtiva

O PBSM, criado pelo decreto n.º 7.492, de 2 de junho de 2011, lançado pelo Governo Federal, primeiramente idealizado durante o governo do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, concretizado e executado no governo da ex-presidenta da República Dilma Rousseff, consiste em um conglomerado de ações e políticas públicas com foco na agricultura de base familiar, criadas e desenvolvidas no ano de 2003, buscando alcançar aquela parte da população vulnerável, com objetivo de

superar a extrema pobreza no território brasileiro, o Plano tinha como prazo o ano de 2014, sendo estruturado em 3 eixos: eixo de garantia de renda; eixo de acesso a serviços públicos e eixo de inclusão produtiva – urbano e rural. A Figura 2 mostra a rota delineada pelo eixo inclusão produtiva rural.

Figura 2 - Rota de inclusão produtiva rural



Fonte: Extraído de CAMPELO; FALCÃO & DA COSTA, 2014, p. 59.

As circunstâncias de vida de grande parte da população rural brasileira antes do PBSM caracterizava-se por famílias em condição de pobreza e extrema pobreza, com baixas técnicas de produção, dificuldade de acesso à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e vulnerabilidade alimentar. A Rota de inclusão produtiva rural foi pensada visando a inclusão dos pequenos agricultores, os quais não tinham acesso a políticas de apoio a produção. Desta forma, a rota objetivava atender as demandas de infraestrutura, produção e ampliação do comércio agrícola, com finalidade de atingir um aumento da produção, segurança alimentar e melhoria da renda dos agricultores mais pobres.

A articulação em torno da elaboração do Programa contou com os dados do CadÚnico e demais programas de apoio a agricultura familiar, cuja proposta era levar a seus beneficiários um pacote completo de inclusão produtiva rural, incluindo: assistência técnica especializada, recursos de fomento, água e energia elétrica, bem como apoio à comercialização por meio de compras públicas e privadas. Também inovou com a

aceleração na entrega de resultados, possibilitada pela capacidade de gerenciamento de esforços, por exemplo, a construção das cisternas do Programa Água Para Todos. (MELLO *et al*,. 2014).

O CadÚnico foi criado através do Decreto n.º 3.877, de 24 de julho de 2001, tendo como objetivo identificar, cadastrar e manter atualizados os dados sobre famílias com renda per capita de até meio salário mínimo em todo território nacional para inclusão em programas federais, estaduais e municipais. No ano de 2003 as bases do CadÚnico e do Programa Bolsa Escola foram integradas, tendo o Bolsa Família como principal usuário do CadÚnico (IBGE, 2020).

No ano de 2013, o Nordeste foi a região brasileira que apresentou o maior diferencial de rendimentos entre a população rural e urbana, onde os trabalhadores do setor agrícola receberam menos que os trabalhadores de outros setores. Evidenciado ainda que o Nordeste possui a maior quantidade de famílias rurais (RUSSO; PARRÉ; ALVES, 2016).

Aqueles agricultores mais pobres enfrentavam problemas com a carência de uma assistência técnica de qualidade, modernizada e tecnológica, como a falta de recursos para aprimoramento de sua produção. Assim, no contexto do PBSM foi criado o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, onde os agricultores mais pobres receberiam assistência técnica, técnicos capacitados assistiriam os agricultores, transferindo assim conhecimento e tecnologia para o campo, além do fomento a fundo não reembolsável investido na estruturação de suas atividades produtivas.

O pilar de apoio atribuída a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), nesse processo resultou na necessidade de atuar de forma efetiva na agricultura familiar, principalmente junto aos agricultores mais pobres, desprovidos de tecnologia, diversificação de culturas, falta de insumos e falta de associações e cooperativas de produção. Conforme a Lei Ater Geral (Lei n.º 12.188/2010), o artigo 2º é entendido como Assistência Técnica e Extensão Rural:

> Serviços de educação não formal de natureza continuada no meio rural que facilitam os processos de gerenciamento, produção, beneficiamento de produtos agrícolas e não -atividades e serviços agrícolas e comercialização, incluindo atividades agrícolas extrativistas, florestais e artesanais.

A ATER é uma política pública que atua no cotidiano rural, visto que os extensionistas trabalham em conjunto com os agricultores, de modo a buscar soluções tecnológicas para os desafios enfrentados no campo. Através do diálogo e troca de

conhecimentos entre técnico e agricultor que compõe a dinâmica do processo de desenvolvimento rural. Desta forma a ATER consegue alcançar aqueles produtores mais longínquos no território brasileiro e assim tornar possível qualificação dos produtores para poderem ter acesso às políticas públicas.

3.3 O Plano Brasil Sem Miséria no município de Araripe/CE

Holanda et al. (2006), compreende duas abordagens sobre a definição de pobreza. A primeira bastante abrangente, visto que considera a pobreza como a privação acentuada do bem-estar, ou seja, falta de alimentação apropriada, insuficiência de habitação e vestuário, baixo nível de escolarização, falta de envolvimento nas decisões políticas, etc. este primeiro conceito estaria ligado à vulnerabilidade e exposição a riscos. A segunda abordagem, tem caráter mais objetivo, entendendo como pobre, aquelas pessoas que não possuem meios para atender suas necessidades básicas. Estando associada ao fato dos indivíduos não possuírem renda e/ou patrimônios que lhes garantam bens e serviços sociais, considerados adequados ao padrão de consumo de uma sociedade.

O Censo Demográfico 2010, apontou uma distribuição da população em extrema pobreza segundo local de residência (rural e urbano). No Nordeste verificou-se um total de 9.609.803 habitantes, sendo 4.560.486 habitantes na zona urbana e 5.049.317 habitantes na zona rural, com 47,5% e 52,5% respectivamente, mostrando que mais de 50% da população extremamente pobre se encontra na zona rural nordestina (FALCÃO, DA COSTA; 2014).

Sobre a pobreza multidimensional no Ceará:

> [...] atingiu 44,5% da população, em 2009, com redução de 7,5 pontos percentuais em relação a 2004. Enquanto que a pobreza unidimensional, nesse mesmo período, passou 51,37% para 33.72% com redução de 17.65%. Esses resultados corroboram com Silva (2009), a autora mensurou a proporção de pobres multidimensional para os estados do Nordeste, e obteve que, no Ceará, esse índice era de aproximadamente 48,0% em 2006. Portanto, o estado possui uma elevada quantidade de pessoas pobres, mensurada sobre a ótica multidimensional. (DE ARAUJO *et. al*., 2013 p.109).

Diante desse cenário, o Governo do Estado do Ceará em parceria com entes federados, ao nível municipal e estadual, deram os primeiros passos para a implantação do Plano nos municípios do Estado. Assim iniciaram as etapas de localizar, cadastrar, classificar e quantificar as famílias quanto à pobreza e extrema pobreza. Sobre o compromisso dos Estados com o PBSM:

> Todos os estados brasileiros aderiram ao Plano Brasil sem Miséria, com a assinatura de termos de compromisso por seus governadores. Nesses pactos, as responsabilidades dos estados foram assim definidas: 1. Coordenar as ações do Plano em seu território, designando um responsável pela interlocução com o governo federal, em articulação com os demais órgãos envolvidos; 2. Executar as ações, naquilo couber, em consonância com os três eixos do Plano; 3. Direcionar à população extremamente pobre políticas estaduais de garantia de renda e ocupação, quando houver, e de acesso a serviços públicos, em articulação com as ações federais e municipais; 4. Utilizar as informações do Cadastro Único como instrumento básico para identificação do público e planejamento das ações do Plano Brasil sem Miséria; 5. Aprimorar e ampliar as políticas públicas de desenvolvimento social e combate à fome em sua esfera de competência, promovendo a sua intersetorialidade; e 6. Apoiar os municípios, valendo-se de instrumentos de monitoramento e avaliação para que eles possam aprimorar a execução de suas políticas e acessar adequadamente as ações do Brasil Sem Miséria (COSTA *et al*., 2014, p.176).

Os estados contemplados com o Acordo de Cooperação Técnica, caso do Ceará, recorreram ao cartão magnético do PBF para pagar uma contemplação estadual aos benefícios de famílias do seu território. Assim, os beneficiários recebiam o valor integral do Bolsa Família, acrescido o fomento correspondente da parcela do PBSM, constando a discriminação de ambos valores no extrato entregue as famílias. Os acordos foram negociados juntos à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), estrutura do MDS responsável pelo gerenciamento nacional do Bolsa Família e do CadÚnico. Além do acordo com o MDS, o Estado também precisava firmar contrato com a Caixa Econômica Federal, o agente operador do PBF (BRASIL, 2014).

No Ceará, Araripe foi classificado como um dos municípios que possuíam maiores taxas de população em extrema pobreza (IPC-IG/PNUD, 2015). Incluído no PBSM, foi contemplado com três sub-programas, sendo eles, PBSM Lote 03 e 07 e, PBSM ACT (Acordo de Cooperação Técnica), ressaltando que o PBSM-ACT foi um acordo de cooperação do Governo Federal com o Governo do Estado do Ceará. Dessa forma, o Estado, através da EMATERCE, executaria e prestaria assistência aos beneficiários do programa.

Precisamente, as etapas seguiram um cronograma, dando início com a mobilização das famílias, cadastro dos beneficiários, diagnóstico das unidades produtivas familiares, em seguida teve-se início a etapa de elaboração do projeto, agora, o agricultor beneficiado juntamente com o técnico responsável pelo programa no município, iniciaram a elaboração do projeto, podendo o agricultor escolher uma atividade produtiva que lhe achasse melhor. Dentre as atividades produtivas, encontrava-se, horticultura e a criação de animais de pequeno porte, como, avicultura, apicultura, caprinovinocultura e suinocultura (MELLO *et al*,. 2014).

O CadÚnico provê informações completas sobre cada uma das famílias registradas, atualizadas no máximo a cada dois anos, permitindo saber quem são, onde moram, o perfil educacional de cada um dos seus membros, seu perfil de trabalho e renda, as principais despesas, as características da construção dos domicílios, se há acesso a serviços como os de eletricidade, saneamento e coleta de lixo, se a unidade familiar faz parte de grupos tradicionais ou específicos, se há situações de trabalho infantil, entre outras informações. (FALCÃO; DA COSTA, 2014).

Sobre a utilização do CadÚnico no PBSM:

> A utilização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal como ferramenta de gestão apresentou-se como escolha natural. Além de estar sob a coordenação do próprio Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que coordena o Plano Brasil sem Miséria, a ampla gama de informações referentes a milhões de pessoas de baixa renda qualificam-no como importante instrumento para as ações compreendidas no Plano (AMARAL, 2014, p.100).

Sobre à operacionalização, para garantir a confiabilidade, as informações são coletadas por entrevistas e preenchimento de formulários padronizados. Procedimento realizado pela administração pública, onde a autarquia local está mais próxima da unidade familiar. Os dados são transferidos para o banco de dados nacional do registro operado pela Caixa Econômica Federal. Esses dados incluem informações sobre famílias, condições de moradia e informações pessoais sobre cada indivíduo.

Desta forma é possível identificar as características do domicílio, por exemplo, número de cômodos, tipo de paredes, pisos, se há pavimentação na rua, acesso a serviços públicos (água, saneamento, eletricidade), composição da unidade familiar, ou seja, número de componentes, idade, parentesco, bem como, despesas mensais e se a pessoa pertence a um grupo tradicional e específico. Para cada morador do domicílio, as informações incluem nome, data de nascimento, documentos, escolaridade, vínculos com o mercado de trabalho, renda e presença de alguma deficiência (BRASIL, 2014).

Para realização do cadastro, a Ematerce, buscou aquelas unidades familiares que possuíam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que reconhece o agricultor como apto a participar do PRONAF. Utilizou filtros para afunilar a lista inicial do MDA, considerando os seguintes aspectos: a residência da família deveria ser na zona rural, eliminar pessoas que não tivessem renda exclusiva da agricultura ou pecuária. Esse processo também houve auxílio de outras entidades, como, prefeitura, sindicatos, associações, etc., a fim de eliminar a influência da política local na seleção dos beneficiários (VILLAROSA, 2017).

Conforme relato dos técnicos responsáveis pelo programa no município de Araripe, a etapa de cadastro seguiu os procedimentos explicados por Villarosa (2017), citado anteriormente. Havendo apoio do CadÚnico para coleta de informações a respeito dos potenciais beneficiários. O PBSM ACT e Lote 07 ocorreram praticamente no mesmo período no município de Araripe, onde o valor recebido por cada unidade familiar foi de 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais). O PBSM ACT teve recurso dividido em duas parcelas, a primeira no valor de R$ 1400,00 (mil e quatrocentos reais) e a segunda no valor de R$ 1000,00 (mil reais). O Lote 07 teve recursos dividido em três parcelas, sendo a primeira de R$ 1.000,00 (mil reais) e duas parcelas de R$ 700,00 (setecentos reais) podendo ser pago durante dois anos.

A primeira parcela seria liberada após a unidade familiar ser incluída no Termo de Adesão pelo técnico de assistência técnica e extensão rural, as parcelas seguintes à primeira, dependiam do laudo emitido pelo técnico responsável atestando o cumprimento satisfatório das etapas do projeto. Podendo ocorrer a suspensão ou cancelamento da transferência de renda se a unidade familiar não cumprisse as etapas estabelecidas no projeto (MDA, 2011).

Após a liberação do recurso, conforme o cronograma de execução, a EMATERCE iniciou a fase operacional da assistência aos agricultores. Inicialmente as unidades familiares foram orientadas a reutilizar quaisquer materiais disponíveis na propriedade e a compra de materiais que fossem necessitando conforme a construção das instalações para a criação dos animais, após essa etapa poderiam ser aquiridos os animais e dado início a produção. No caso daqueles que optaram pelo cultivo de hortaliças o técnico responsável orientou sobre o manejo da terra, pragas, doenças e a aquisição de materiais e sementes, bem como o manejo e uso da água.

O técnico responsável, por meio de atendimentos individuais e reuniões em grupo, orientava as unidades familiares conforme a atividade escolhida, desta forma, semeava e transferia tecnologia e conhecimento para os agricultores. Durante esta fase do plano no município de Araripe/CE o técnico realizou intercâmbios com os agricultores, bem como orientou na prática o manejo de cada atividade produtiva.

3.3.1 Assistencia técnica e fomento

A assistência técnica e extensão rural é uma forma de educação não formalizada, consistindo em agentes auxiliando os agricultores familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas e pescadores artesanais com o intuito de melhorarem suas respectivas

atividades produtivas. Assim ocorreu no PBSM, o trabalho dos agentes junto as unidades familiares ocorre por etapas. Na primeira, o agente de ATER faz um diagnóstico com a família para identificar os pontos fortes e as possibilidades a serem exploradas. Na segunda, o projeto detalhado é realizado em conjunto com as famílias e tomando base nos dados do diagnóstico, com o intuito de organizar e/ou ampliar a produção, nessa etapa se estrutura a capacidade produtiva. Na terceira, o agente de ATER acompanha e auxilia a família durante todo o processo de implementação do projeto, de modo a executar da melhor forma possível, o agente inclusive pode orientar quanto às formas de comercialização dos excedentes. Desta forma, na extensão rural, o agente de ATER também cumpre o papel de contribuir na articulação local das políticas públicas para essas famílias (MELLO *et al*, 2014).

Conforme liberação do fomento e orientações dos técnicos responsáveis, inicia as etapas de compra dos materiais necessários para infraestrutura, animais, rações e medicamentos seguindo os padrões da SDA e Ematerce. Nos relatórios de prestação de ATER emitido pela Ematerce e sob orientação técnica, as unidades familiares orientadas a implementar o projeto dividindo o recurso de forma padronizada para os dois subprogramas do PBSM, o ACT e o Lote 07. As unidades familiares que optaram pela avicultura, investiram o dinheiro do fomento na aquisição de 50 pintos, 17 sacos de ração, construção de um aviário e aquisição de medicamentos. A estrutura construída para o desenvolvimento da avicultura pode ser visualizada pela Figura 3.

Figura 3 - Galpão da avicultura



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Na caprinoovinocultura, as unidades familiares investiram da seguinte forma: aquisição de três ovelhas/cabras e um reprodutor ovino/caprino, construção de um aprisco rústico, como mostra a Figura 4. Também incluiu a aquisição de vermífugos, sal mineral e medicamentos. O aprisco foi construído de forma rústico, pois os animais não eram criados em um sistema de confinamento, os animais passavam o dia em determinadas áreas da propriedade e retornando ao aprisco no fim do dia.

Figura 4 - Aprisco rústico



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Na suinocultura o processo foi bem parecido com o de caprinoovinocultura, visto que foi preciso a aquisição de quatro matrizes e um reprodutor suíno, construção da pocilga, aquisição de seis sacos de ração, vermífugos e medicamentos. A estrutura construída para o desenvolvimento da suinocultura pode ser visualizada através da Figura 5.

Figura 5 - Pocilga



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Nos projetos de hortaliças o processo aconteceu de forma diferente, primeiramente se fez necessário identificar quais unidades familiares ofereciam condições adequadas para o cultivo das hortaliças, visto que seria necessária disponibilidade de água na propriedade, bem como o solo com condições adequadas para a produção. O investimento foi em aquisição de ferramentas, sementes e um sistema de irrigação simples. A Figura 6 mostra o espaço em que um dos projetos foi desenvolvido.

Figura 6 - Hotaliças



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

A aquisição de novos animais e equipamentos, somados as orientações dos técnicos responsáveis, condicionou melhores condições de trabalho, visto que acelerou os serviços no campo. O PBSM, promoveu ações para ensinar os beneficiários a cuidar melhor de suas criações e ter maior organização dos recursos ofertados pelo Programa.

4. RESULTADOS DO PBSM/EIXO INCLUSÃO PRODUTIVA NA VIDA DOS BENEFICIÁRIOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE ARARIPE-CE

Este trabalho teve como objetivo caracterizar os impactos econômicos e sociais do PBSM/eixo inclusão produtiva na vida dos seus beneficiários no município de Araripe/CE. Para tanto foi utilizado o procedimento metodológico descritivo e explicativo, com finalidade de relatar as percepções dos beneficiários a respeito da política pública que teve foco a superação da pobreza e extrema pobreza através da inclusão produtiva.

Em um primeiro momento foi elaborado um questionário com propósito de coletar e entender as percepções e experiências dos beneficiários sobre o PBSM, compreendidas entre os anos de 2011 a 2014. Constatou-se no município a execução de três sub programas: Lote 03, Lote 07 e ACT, para atingir o objetivo de estudo deste trabalho apenas os beneficiários do Lote 07 e ACT participaram da pesquisa de campo.

No segundo momento, com apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), Secretaria de Agricultura de Araripe e dos presidentes das Associações das comunidades que as unidades familiares rurais residem. As entrevistas aconteceram no período de novembro de 2022 até janeiro de 2023, o questionário foi aplicado a 94 unidades familiares rurais que compõem a amostra do universo de 180 beneficiários do município de Araripe/CE, que participaram do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), escolhidos de forma aleatória e sem conhecimento da atual situação que as famílias se encontram. Durante as entrevistas e coleta de dados, foi utilizada a observação direta, conforme análise da propriedade e seu funcionamento. Os produtores rurais não apresentavam nenhum vínculo pessoal com o entrevistador.

Os entrevistados estavam dispersos nas seguintes localidades do município de Araripe/Ce: Água Branca, Alagoinha dos Ferreiras, Baixio dos Ramos, Campina de Fora, Desapregado, Impueiras, Jatobá, Ladeira, Monte Belo, Mulungu, Riacho Grande, Segredo, Serra da Lagoa, Serra do Pajeú, Serra do Valado, Sítio Carão, Sítio Novo, Tamboril e Tanquinho.

O questionário foi construído com base na fundamentação teórica do plano, aplicado às unidades familiares rurais que aceitaram participar da pesquisa. Todas as entrevistas foram realizadas de forma espontânea por parte dos beneficiários. Por meio dos dados coletados, buscou-se na fala dos produtores rurais, elementos que ajudassem

na compreensão do plano sob a ótica do beneficiário e consequentemente se houve sucesso ou não após sua execução.

Posteriormente, foram analisados os questionários aplicados a amostra de 94 beneficiários do programa, onde foram observados pontos de interesse e relevância para examinar os resultados do PBSM/eixo inclusão produtiva na vida dos beneficiários residentes no município de Araripe-CE. Fatores como a condição de vida da unidade familiar, segurança alimentar, assistência técnica e a percepção dos beneficiários sobre os resultados do programa.

4.1 Perfil dos beneficiários do Plano Brasil Sem Miséria

Em relação à caracterização dos beneficiários observa-se no quadro 1, a predominância do sexo feminino 91,5% como titulares do PBSM, indicando a inclusão das mulheres nas atividades das políticas públicas, a fim de diminuir as desigualdades de gênero no meio rural. Enquanto o sexo masculino apresentou um total de 8,5%, esse percentual é explicado pelo fato de que as mulheres titulares do programa estavam ocupadas com outras atividades durante a entrevista e não conseguiram participar, desta forma os homens foram entrevistados. As unidades familiares entrevistadas são compostas em grande maioria por famílias que possuem entre três e cinco pessoas, 51,1% e por aquelas que possuem até três pessoas, 43,6% e apenas 5,3% com mais de cinco pessoas, caracterizando a predominância de famílias não volumosas.

Quadro 1 – Caracterização do perfil do beneficiário

Variável	Resultado
Sexo	91,5% do sexo feminino
Número de pessoas que compõe a Unidade Familiar	51,1% três a cinco pessoas
Faixa etária dos filhos que residiam na Unidade Familiar durante o programa	Predominância de filhos com até 15 anos de idade
Faixa etária durante o programa	44,7% com idade entre 41 a 51 anos e 31,9% com idade entre 31 a 40 anos.

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

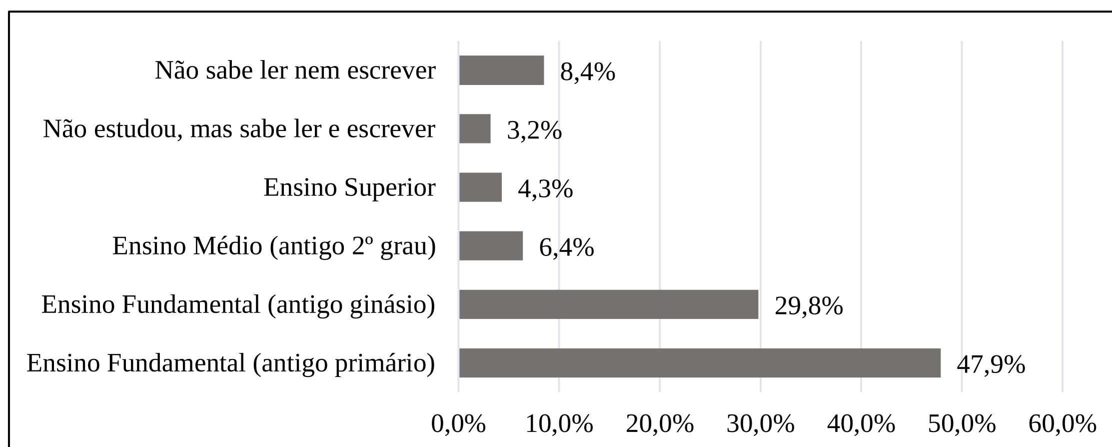
A respeito da faixa etária dos titulares do programa observa-se uma população com maior percentual de pessoas com meia-idade, entre 41 a 51 anos, representando um total de 44,7%, seguido daqueles com 31 a 40 anos, alcançando 31,9%, aqueles com idade de 19 a 30 anos com um total de 16% e um pequeno percentual acima de 51 anos, atingindo 6,4% e apenas 1% com 18 anos. Constata-se, portanto, que 76,6% dos titulares

do Programa tinham até 51 anos, o menor percentual foi daqueles beneficiários com idade entre 19 e 30 anos.

Sobre a quantidade de filhos que residiam na unidade familiar durante o programa, ressalta-se que a quantidade de filhos das famílias pesquisadas variava entre um a três filhos, pertencentes a grupos de idades diferentes. Os grupos de maior representatividade foram daqueles com idade até 15 anos e o grupo com idade entre 16 e 21 anos com 43,7% e 47,4% respectivamente. Observa-se, portanto, que 91% dos possíveis sucessores no campo tinham até 21 anos. Evidenciando a necessidade de políticas que tenham alcance de longo prazo, possibilitando a permanência dessa juventude no espaço rural, com capacidade de reprodução econômica e inclusão social.

No que concerne ao nível de escolaridade dos titulares do PBSM, observa-se no gráfico 1 que 47,9% dos beneficiários afirmaram possuir baixa escolaridade, onde estudaram até o ensino fundamental I (antigo primário), enquanto 29,8% estudaram ensino fundamental II (antigo ginásio). O percentual dos entrevistados que possuem um nível de escolaridade maior encontra-se baixo, apresentando apenas 6,4% com estudos até o ensino médio e 4,3% com ensino superior. O caso mais grave se encontra naqueles que não estudaram, mas sabem ler e escrever e naqueles que são analfabetos, com 3,2% e 8,4% respectivamente.

Gráfico 1 – Nível de escolaridade dos beneficiários do PBSM



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

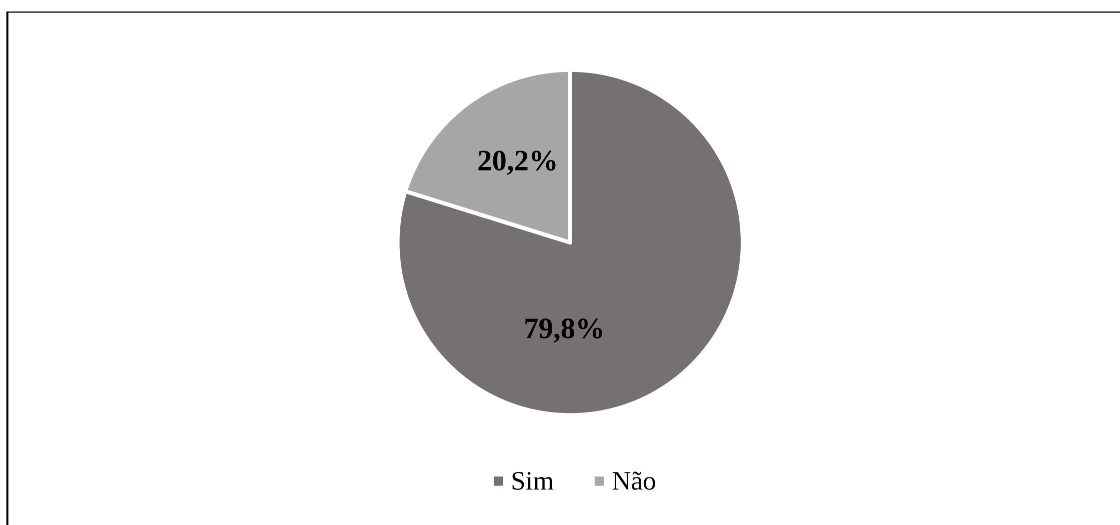
Dos Santos e De Azevedo (2016), observaram no município de Encanto/RN, 95% das unidades familiares beneficiárias do PBSM, possuírem baixa escolaridade, onde 50% possuía nível de escolaridade entre 1ª a 3ª série, enquanto 45% possuía entre 4ª a 6ª série e apenas 5% possuindo nível superior. Os autores ainda acrescentam que os baixos níveis de escolaridade são reações de um cenário de descaso com a educação por parte

dos gestores públicos, visto que o abandono e a dificuldade de acesso à escola são principais causadores do desestímulo ao estudo na zona rural.

O Gráfico 2 mostra a participação dos beneficiários em sindicato ou associação, aproximadamente 80% dos entrevistados afirmam fazer parte da associação da comunidade ou do sindicato dos trabalhadores rurais do município.

A associação torna-se um veículo para atingir interesses mútuos, ampliar acesso a bens e serviços públicos. Ainda possui a capacidade de abranger diversas camadas da esfera social e possuir a maleabilidade de unir-se com outros movimentos sociais, por exemplo, sindicatos e cooperativas, com a finalidade de alcançar novos horizontes e fortalecer suas ações. (SENA; SENA; DA SILVA FILHO, 2017).

Gráfico 2 – Participação em sindicato ou associação



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

As associações fazem parte de modelos participativos e são espaços fundamentais para que a sociedade e os órgãos públicos possam ouvir a voz dos agricultores, que buscam alcançar interesses da comunidade de modo a prosperar e melhorar a qualidade de vida, visto que o associativismo é uma forma viável e legal para alcançar os objetivos da população rural que enfrenta dificuldades no campo.

4.2 Caracterização da unidade familiar

A principal atividade exercida por as Unidade Familiares entrevistadas é a agricultura, o que não exclui a possibilidade da pecuária como atividade, visto que a maioria dos projetos produtivos do PBSM no município de Araripe-Ce foram voltados

para a agropecuária. Sobre a participação em políticas de transferência de renda antes do PBSM, observa-se no quadro 2, a cobertura do programa Bolsa Família como a principal política de transferência de renda que os agricultores tiveram acesso, um total de 85,1% dos entrevistados, seguido do Programa Hora de Plantar com cobertura de 75,5% dos beneficiários, em seguida vem o Seguro Safra com 33% e o PRONAF, 13,8%. Atualmente 58,5% afirmam ser beneficiários de programas de transferência de renda.

Quadro 2 – Renda familiar: antes do PBSM e atual

Variável	Resultado
Participação em políticas de transferencia de renda **antes** do PBSM	Participação em até três políticas de transferência de renda
Origem da renda familiar **antes** do programa	Produção na propriedade 91,5% e Transferência governamental 78,7%
Origem da renda familiar **atual**	Produção na propriedade 89,4% e Transferência governamental 47,9%
Valor da renda da família **antes** do PBSM	98,9% recebiam menos de um salário mínino
Valor da renda **atual**	67% possuem renda menor que um salário mínimo e 33% auferem renda superior a salário mínimo

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Quanto à origem da renda familiar antes do programa, 91,5% provinha da produção na propriedade e 78,7% da transferência governamental. Apenas um único beneficiário relatou possuir trabalho formal e a renda da produção servir como complemento. Origem da renda atual, verificaram-se 89,4% provém da produção na propriedade e 47,9% da transferência governamental, apresentando ainda três beneficiários trabalhando formalmente na cidade e tendo a agricultura como atividade secundária.

A redução da produção foi explicado pelos entrevistados, tendo como principal fator, os efeitos causados pela pandemia e diminuição da área plantada. No que diz respeito a transferência governamental, foi explicado que os filhos atualmente possuem idade superior a 15 anos (idade máxima para receber o Bolsa Família) e por não compor mais a unidade familiar, visto que constituíram suas próprias famílias. Os beneficiários do PBSM poderiam e podem ter ambas as fontes de renda (produção na propriedade e transferência governamental) o que explica o fato dos valores percentuais não terem um somatório de 100%.

Em relação ao valor da renda da unidade familiar antes do PBSM, 98,9% dos entrevistados relataram possuírem renda menor que um salário mínimo, havendo apenas um beneficiário que detinha renda de um salário mínimo, tendo como principal fonte de reda atividades não-agrícolas. Após encerramento do programa, observa-se uma melhora na renda das famílias beneficiárias. Constatou-se que 67% das unidades familiares possuem renda menor que um salário mínimo, 26,6% possuindo um salário mínimo e 6,4% com renda superior a dois salários mínimos.

Os dados corroboram com o estudo de Dos Santos e De Azevedo (2016), visto que a renda dos beneficiários do PBSM é em sua maioria inferior à um salário mínimo, identificando em seu estudo que 70% das unidades familiares participantes do plano sobreviviam com uma renda inferior a um salário mínimo, 10% possuindo renda de um salário mínimo e 20% com renda de um a dois salários mínimos.

Quadro 3 – Caracterização do trabalho no campo

Variável	Resultado
Quanto tempo trabalha no campo	Sempre trabalhou (95,7%)
Tipo de mão de obra utilizada	Mão de obra familiar (97,7%)
Condição de uso da terra	São posseiros (41,5%)
Área do estabelecimento	03 hectares (35,1%)
Área disponível para produção	01 hectare (44,7%)

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Em relação ao trabalho executado na propriedade, o quadro 3 demonstra que 95,7% dos entrevistados sempre trabalharam no campo, iniciando o trabalho ainda jovens, confirmando a predominância da mão-de-obra familiar nos estabelecimentos, característica do segmento. Seguido de 3,2% que trabalham no campo a mais de 20 anos. É possível observar a existência de uma pequena parcela, 1,1% de agricultores exercendo o trabalho no campo mais recente, entre 10 e 20 anos.

Em relação à condição de uso da terra, 41,5% são posseiros, 30,9% são proprietários, 26,6% são arrendatários e apenas 1% é assentado. Sobre a área do estabelecimento e a área destinada à produção, foi constatado a maior incidência de estabelecimentos com 03 hectares, representando um total de 35,1%, porém estabelecimentos com 02 hectares e acima de 04 hectares apresentam elevado percentual, 29,8% e 24,5%, respectivamente. Os estabelecimentos com até 01 hectare é representado por 10,6% dos agricultores. Em relação às áreas destinadas à produção, observa-se a predominância de 01 hectare, representando um total de 44,7%, enquanto as demais áreas

com 02 hectares refletem 37,2%, áreas com 03 hectares 16% e apenas 2,1% acima de 04 hectares. Com intuito de facilitar o manejo das atividades produtivas do PBSM, as instalações foram construídas próximas às residências.

4.3 Infraestrutura e segurança alimentar, comparativo antes e depois do PBSM

Em relação às questões de infraestrutura das unidades familiares, observa-se no quadro 4 que todos os beneficiários já possuíam energia elétrica, água potável para consumo e dispõe de uma ou duas cisternas em sua propriedade antes do PBSM, a infraestrutura disponível foi adquirida por meio de outros programas, como o Luz Para Todos e Água Para Todos, executados no município.

Andrade e Nunes (2014), explicam que o Programa Água Para Todos foi instituído no ano de 2011 pelo Governo Federal, visando promover a universalização de acesso à água em todo a território brasileiro, visto que o semiárido foi o principal foco do programa. O programa proporcionou o acesso à água, através do fornecimento de cisternas para armazenar a água da chuva.

Quadro 4 – **Segurança alimentar e comercialização**

Variável	Resultado
Engergia elétrica, água potável e cisternas	Todos possuíam antes do PBSM
Origem da alimentaçao básica	Mista
Houve mudanças na qualidade da alimentação	Sim
Destino da produção **antes** do PBSM	Apenas para consumo da família 53,2% e para consumo e comercialização 46,8%.
Destino da produção **depois** o PBSM	Para consumo e comercialização 93,5%.

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Campello e Mello (2014), explicam haver grande incidência de pobreza no campo, constatando um quarto da população vivendo em situação de extrema pobreza. Desta forma, aqueles mais pobres possuíam uma base produtiva ineficiente e em situação de insegurança alimentar, consequência da falta de uma infraestrutura capaz de garantir uma produção eficaz. Assim, seria necessário aumentar e qualificar a produção, garantindo o direito básico da alimentação de qualidade.

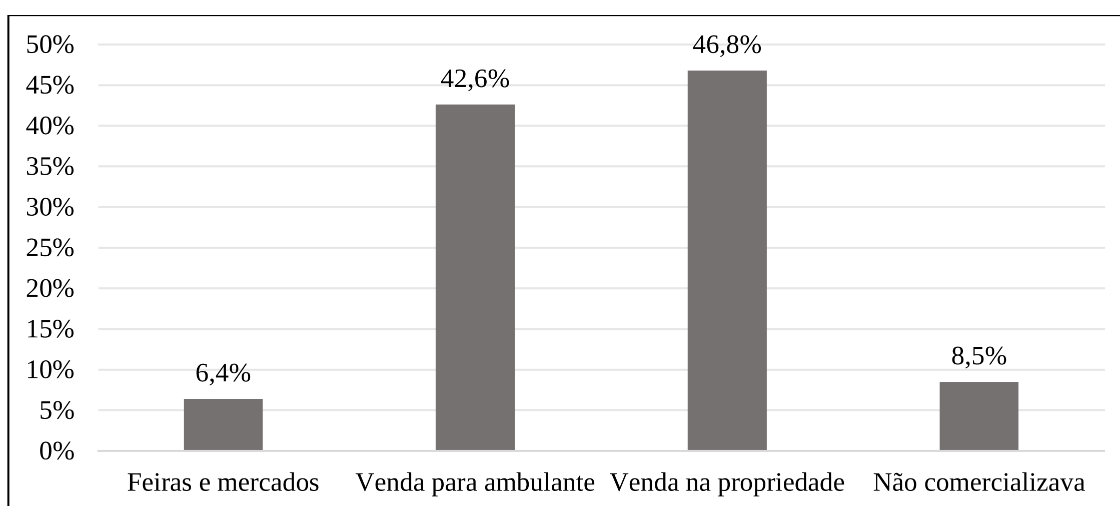
Observou-se que a alimentação básica da família tem como origem a produção na propriedade somada a compra de alimentos em mercados. Conforme relato dos

entrevistados, o PBSM, conseguiu mudar positivamente a forma como a família se alimentava, possibilitando adquirir outros produtos que compõe a cesta básica, bem como variar a alimentação.

Quando questionados sobre o destino da produção antes do programa, 53,2% dos entrevistados responderam que a produção era destinada apenas para consumo da família, enquanto 46,8% responderam que a produção era destinada para consumo da família e comercialização. O cenário muda com as ações do PBSM, por ser provedor de assistência técnica e extensão rural, os beneficiários conseguiram mudar o destino da produção, onde 93,5% da produção era destinada para consumo da família e comercialização, enquanto 5,4% foi destinado apenas para consumo da família e 1,1% apenas para comercialização.

Quanto à comercialização da produção, observa-se no gráfico 3, que 46,8% dos beneficiários vendiam no próprio estabelecimento, 42,6% vendiam para ambulantes, apenas 6,4% vendiam em feiras e mercados e 8,5% não comercializaram seu excedente.

Gráfico 3 – Comercialização da produção



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Foi identificada na fala dos entrevistados, a dificuldade de acesso aos canais de comercialização, etapa não contemplada pelo Programa, ficando a cargo dos beneficiários buscar meios para venda de seu excedente. Ressalta-se que essa realidade poderia ser alterada através da associação/sindicato, buscando estratégias como feiras/eventos capazes de proporcionar a comercialização dos produtos da agricultura familiar no município de Araripe/Ce. Considerando que aproximadamente 80% dos beneficiários do PBSM fazem parte de uma das instituições,

4.4 Inclusão produtiva, assistência técnica e extensão rural

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE), foi responsável por disseminar as informações acerca do PBSM, os técnicos responsáveis pelo programa buscaram agilizar o processo de seleção dos beneficiários com a ajuda das associações dos trabalhadores rurais presente em cada comunidade. Dessa forma, observa-se no quadro 5, um total de 66% dos entrevistados reconhecendo os esforços dos técnicos em busca do contingente, as associações foram reconhecidas por 34% dos entrevistados por prestar auxílio aos técnicos do PBSM, trabalhando em conjunto e desempenhando um papel de fundamental importância.

Quando questionado sobre o acesso ao programa, 59,6% dos entrevistados consideraram o programa de fácil acesso. Como justificado por parte dos entrevistados, o programa foi muito burocrático, necessitando de vários documentos e muitas etapas até a liberação do fomento, assim 36,4% considerou o acesso ao programa moderado e 1,1% considerou difícil, o menor percentual é justificado por aqueles que residem localidades distantes tendo dificuldade no transporte até a cidade.

Quanto ao número de pessoas da unidade familiar envolvidos no projeto, observam-se inúmeros membros familiares trabalhando no projeto, 86,2% afirmaram ter até três membros da família ajudando no desenvolvimento do programa, enquanto 13,8% relataram ter entre quatro a cinco membros.

Quadro 5 – Eixo de inclusão produtiva

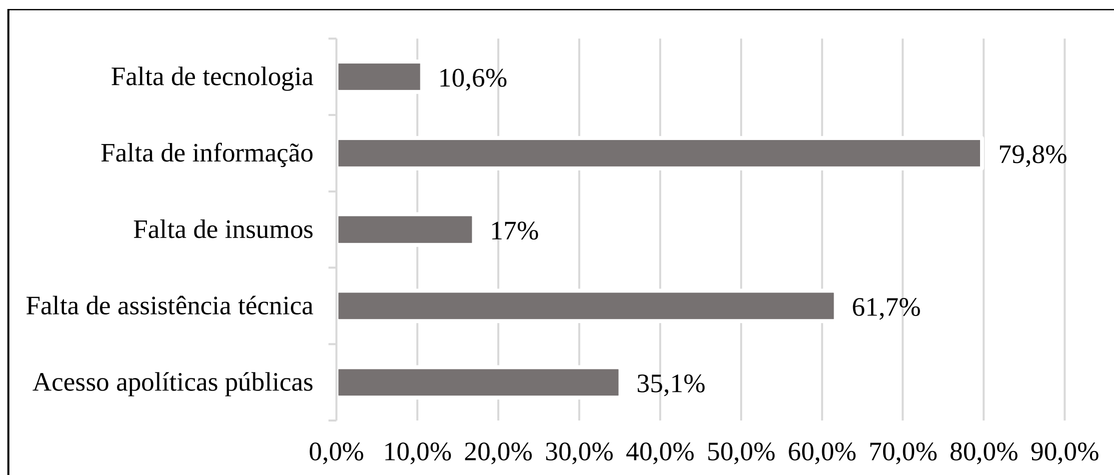
Variável	Resultado
Conhecimento do programa	66% através da Ematerce e 34% por meio da associação
Acesso ao programa	59,6% considerou fácil
Membros da UF envolvidos com o projeto	86,2% das UF tinham até 3 membros
Projeto produtivo	59,6% foram de avicultura

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Dentre os projetos escolhidos, observa-se a predominância da avicultura (59,6%), os demais projetos foram suinocultura (28,7%), caprino ovinocultura (10,6%) e apenas um único projeto de hortaliças (1,1%). A facilidade em relação ao manejo e confinamento dos animais, justifica a preferência pela avicultura, aqueles optantes pelos demais projetos foi justificado por ser uma atividade que já desempenhavam na propriedade.

Desta forma, as atividades agropecuárias desenvolvidas durante o PBSM, serviram como complemento da renda familiar, agindo como atividade secundária. Todos os entrevistados afirmaram não mudar o tipo do projeto, permanecendo com a atividade escolhida até o fim do programa.

Gráfico 4 – Difuldades no âmbito da produção antes do PBSM

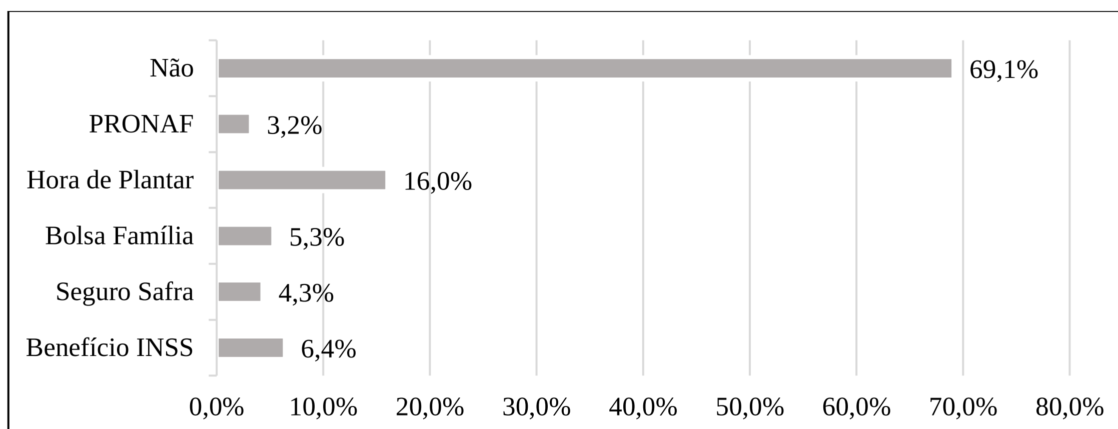


Fonte: Pesquisa de campo (2023).

As principais dificuldades relacionadas à produção antes do PBSM observadas no gráfico 4, demonstram como principais entraves a falta de informação e falta de assistência técnica, 79,8% e 61,7% respectivamente. O que não exclui a relevância da dificuldade de acesso a políticas públicas, manifestado por 35,1% dos entrevistados. A falta de tecnologia e insumos, foi relatado por 10,6% e 17%, respectivamente. A falta de informação é justificada pela falta de assistência técnica, visto que sem a presença do técnico em uma comunidade, torna-se difícil o conhecimento e divulgação dos processos de inserção nas políticas públicas e Programas. Observa-se na falta da assistência técnica o pouco efetivo da Ematerce que impossibilita a cobertura de ATER no município.

Durante a execução do PBSM, 66,7% dos beneficiários afirmaram que o plano conseguiu eliminar essas dificuldades, enquanto 31,2% relataram que o plano eliminou parcialmente as dificuldades apontadas e 2,2% apontaram que o plano não conseguiu eliminar as dificuldades. Como já relatado antes, o pequeno percentual é justificado por aqueles beneficiários que moram longe e possuem dificuldade de acesso à cidade. O número de entrevistados, residente nas comunidades longínquas, foi pouco, mas trazem uma percepção capaz de agregar outro ponto de vista sobre as ações do plano.

Quadro 6 – Acesso a outros Programas através do PBSM



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Quando questionados sobre a capacidade do PBSM proporcionar acesso a outros programas, 69,1% dos entrevistados responderam que não conseguiram acesso a outros programas através do PBSM, pois já eram beneficiários das políticas públicas (Pronaf, Hora de Plantar, Bolsa Família, Seguro Safra e benefícios do INSS). Os beneficiários do PBSM eram prioritários, visto que deveriam ser cadastrados em outras políticas públicas o mais rápido possível. Observa-se que o PBSM conseguiu incluir aquela parcela de beneficiários que não faziam parte de algumas políticas públicas, desta forma, 16% foram inclusos no Hora de Plantar; 6,4% aos benefícios ou aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS); 5,3% ao Bolsa Família; 4,3% ao Seguro Safra e 3% ao PRONAF.

Ressalta-se que os beneficiários do PBSM foram tratados como prioridade e foram inclusos em outras políticas públicas o mais urgente possível, caso do Programa Hora de Plantar, onde os beneficiários foram inclusos assim que o sistema estava disponível para novos cadastros. Durante as entrevistas, foi observado que os beneficiários poderiam ter tido acesso a uma ou mais política pública.

4.5 Sobre os resultado do PBSM

Em relação à renda advinda da produção proporcionada pelo PBSM, observa-se no quadro 7 que 80,9% dos entrevistados afirmaram que o programa conseguiu garantir renda suficiente para ajudar a complementar a renda da unidade familiar, refletindo positivamente na alimentação, visto que uma parte da produção também serviria para consumo da família. Enquanto 19,1% afirmaram que não conseguiram prover renda, vários são os motivos que ocasionaram tal situação, dentre eles, venda dos animais por

um preço abaixo do proposto, falta de assistência técnica quando os animais começaram a apresentar doenças e acabar vindo a óbito e recursos insuficientes para criar uma reserva para eventuais imprevistos e reposições.

O Plano Brasil Sem Miséria possuiu três subprogramas executados no município de Araripe-Ce, porém o presente trabalho considera apenas o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) e Lote 07. A amostragem buscou contemplar ambos os subprogramas executados. Desta forma, os beneficiários de ambos os subprogramas participaram de todas as etapas de execução da atividade produtiva, observa-se que 56,4% participaram de duas etapas referentes ao ACT e 43,6% participaram de três etapas referentes ao Lote 07.

Quadro 7 – Etapas do programa e garantia de renda

Variável	Resultado
Programa garantiu renda suficiente?	80,9% responderam Sim
Etapas do programa que participou?	56,4% participaram de duas etapas e e 43,6% participaram de três etapas
Recurso foi suficiente para atender as normas do projeto técnico?	86,2 responderam Sim
Houve aumento da produditividade?	91,5% responderam Sim
Apoio para canais de comercialização	Não
Apoio da gestão municpal na comercialização da produção	93,5% responderam não
Apoio efetivo da gestão municipal para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar	52,1% responderam não

Fonte: Pesquisa de campo (2023).

O recurso fomentado pelo governo conseguiu atender as normas do programa durante o período de implantação e execução do projeto técnico, mostrando-se positivamente para 86,2% dos entrevistados. Quanto aqueles 13,8% que responderam não conseguir atender as normas do programa, relatam principalmente não conseguir adquirir materiais para construção, medicamentos, ração e animais conforme indicado no Relatório de Prestação de Ater, tendo encontrado produtos em um preço acima do proposto.

Quando questionado sobre a capacidade de aumentar a produção na propriedade, 91,5% dos entrevistados relataram foi possível aumentar a produtividade, apenas 8,5% informaram que não foi possível aumentar a produtividade. Apesar deste resultado não corroborar com a orientação técnica recebida durante a execução do Programa. Contudo,

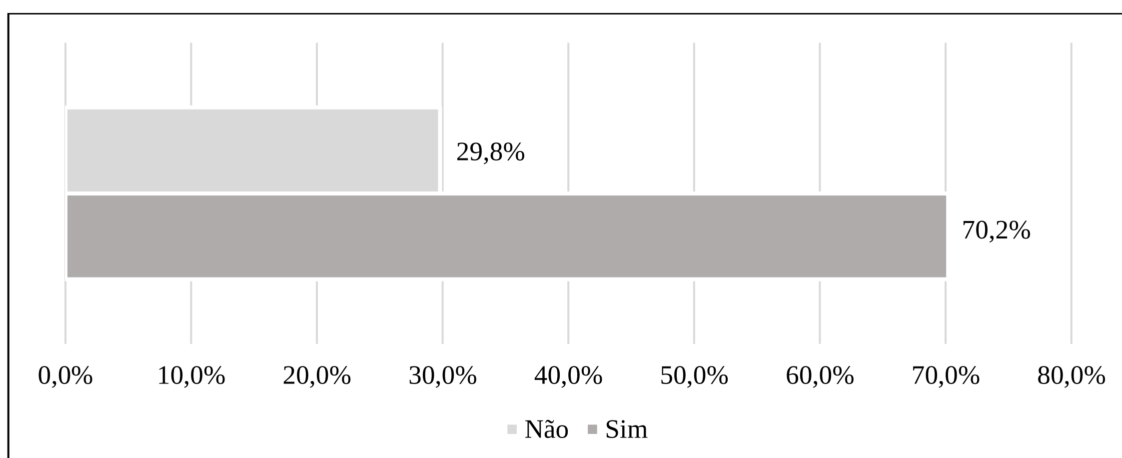
foi justificado por alguns entrevistados que mesmo não sendo possível seguir as normas do PBSM, através da assistência técnica conseguiram reutilizar materiais disponíveis na propriedade de modo a diminuir os custos de implantação.

Sobre a comercialização da produção, como visto anteriormente, os beneficiários do programa buscaram meios próprios, de modo a conseguir comercializar sua produção, visto que o PBSM não contemplou nenhum mecanismo de acesso aos canais de comercialização. Acrescenta-se a não participação da gestão pública no que tange à comercialização da produção familiar local. Quando questionado sobre o incentivo a produção familiar local, 93,5%, relataram não haver nenhum tipo de ação, 6,5% dos entrevistados afirmaram haver apoio a produção.

Em relação ao apoio efetivo da gestão municipal para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, a pesquisa mostrou haver pouco apoio por parte da gestão pública, considerando a percepção de 52,1% dos entrevistados, significa que em determinadas comunidades a gestão pública não consegue efetivar ações para o fortalecimento da agricultura familiar. Em outras localidades, o cenário difere, havendo apoio da gestão municipal de modo a desenvolver e fortalecer a agricultura familiar, correspondendo a 33% afirmando haver muito apoio e 16% relatando que o apoio é parcial, necessitando mais ações na comunidade.

Quanto à continuidade da produção, percebe-se no gráfico 5 que 70,2% dos beneficiários conseguiram continuar com a produção e 29,8% afirmaram que encerraram a produção depois que o programa encerrou suas atividades e não houve mais assistência técnica.

Gráfico 5 – Continuidade da produção após encerramento do programa

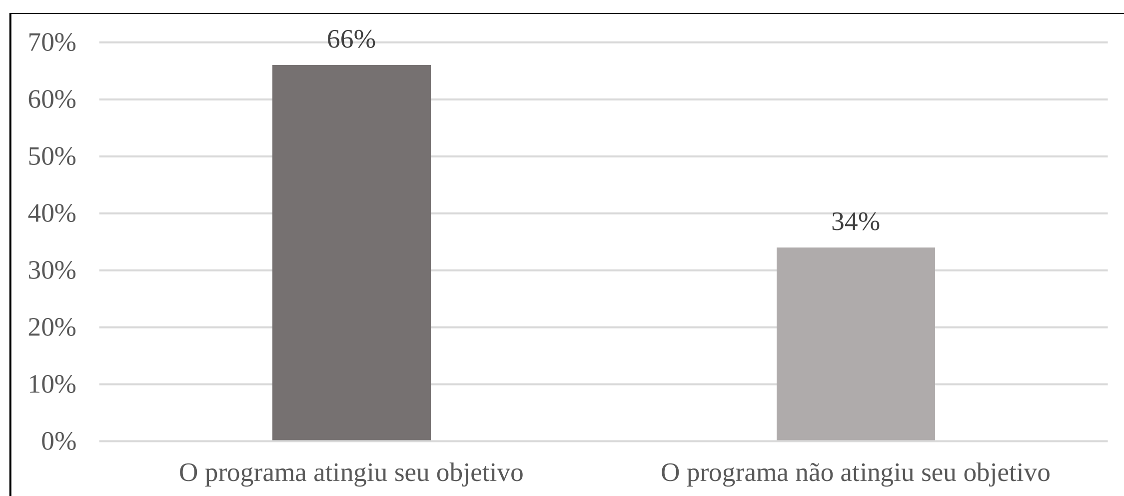


Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Aqueles que ainda continuam com a produção, relataram fazer modificações e não seguem as normas que o programa havia proposto, exemplo, são os beneficiários que havia optado pelo projeto de avicultura, hoje os mesmos recorrem ao sistema extensivo de criação das aves, onde as aves são criadas soltas e não existe muito cuidado com a alimentação, porém usam o aviário para abrigo das aves e outros animais de pequeno porte como patos. Os optantes pelo projeto de caprino ovinocultura e suinocultura, foram os que mais absorveram as orientações técnicas recebidas, em alguns casos havendo ampliação das estruturas e novas aquisições de animais. O único beneficiário que optou pelo projeto das hortaliças segue de maneira satisfatório com sua produção.

Os beneficiários que não seguiram com a produção, justificam ter encerrado as atividades devido à falta de assistência técnica, problemas com os animais que adoeceram e foram a óbito, mesmo aqueles que ainda conseguiram manter seus animais, tiveram bastante dificuldade na venda e muitas vezes os animais acabaram sendo destinados ao consumo da família e troca por outros produtos. Relataram ter dificuldades para adquirir ração devido à elevação dos preços durante os anos seguintes.

Gráfico 6 – Superação da pobreza e extrema pobreza no município de Araripe



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Sobre o principal objetivo do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), superar a pobreza e extrema pobreza em todo território brasileiro. Observa-se no gráfico 6, que no município de Araripe-Ce programa conseguiu atingir seu objetivo na concepção de 66% dos beneficiários do programa, sendo falho para 34%. Aqueles que afirmaram que programa não atingiu seu objetivo, relatam a falta de assistência técnica, doença e morte

dos animais, recurso insuficiente, dificuldade em comercializar a produção, falta de ânimo após passar por todas ou quase todas essas situações.

Figura 7 – Características atuais dos projetos produtivos/PBSM



Fonte: Pesquisa de campo (2023).

Enquanto os entrevistados, que afirmaram que o PBSM atingiu seu objetivo de maneira complementar, ou seja, o plano não conseguiu proporcionar uma mobilidade social, fazendo com que a unidade familiar conseguisse superar de fato a pobreza e extrema pobreza. O PBSM conseguiu prover renda extra e uma melhor alimentação, acesso a outras políticas públicas e até a aposentadoria rural[3].

Quando questionado sobre a sucessão de seus filhos nas atividades rurais, 89,4% afirmaram que gostariam que seus filhos dessem continuidade ao trabalho no campo, mantendo vivas as tradições rurais. Enquanto 10,6%, relataram que não gostariam que seus filhos continuassem trabalhando no campo, gostaria que optassem pelo estudo com propósito de conseguir um futuro melhor, visto que falta apoio para o desenvolvimento da agricultura.

---

[3] Em relação à aposentadoria rural, cada visita ou reunião realizada, o técnico responsável pelo programa deixava orientações escritas em forma de relatório em duas vias, uma entregue ao beneficiário e outra ao centro de atendimento local. Essas documentações provavam o agricultor como beneficiário do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) serviam como provas para o INSS.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo caracterizar a política pública Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) e sua ações no município de Araripe-Ce, com foco em dois subprogramas do plano, o Lote 07 e o Acordo de Cooperação Técnica. Diante disto, buscou-se estimular uma discussão acerca das políticas públicas com foco no meio rural, em especial aquelas voltadas para superação da pobreza e extrema pobreza.

Dessa forma, foi possível entender que o PBSM é uma política pública que resultou do esforço de várias esferas do poder público, sendo uma política de caráter único e de distribuição de renda, possuindo prazo para seu encerramento, tendo como principal objetivo superar a pobreza e extrema pobreza e elevar as condições de vida da população rual.

No que concerne, ao principal foco da pesquisa, o eixo de inclusão produtiva, percebe-se que o PBSM proveu fomento e assistência técnica para aqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade. Consequentemente, os agricultores tiveram oportunidade de iniciar uma atividade produtiva de seu interesse, possibilitando a geração de renda extra e segurança alimentar, bem como acesso a outras políticas públicas.

Sob a ótica do beneficiário, deve-se avaliar a concepção do agricultor sobre o programa conseguir atingir seu objetivo, como relatado, a maioria dos entrevistados considerou que o programa cumpriu seu papel, sendo possível notar uma melhoria nas condições de vida, através da renda extra, inserindo-os também no mercador consumidor com a aquisição de bens e serviços - alimentos, remédios, vestuário - bem como a aquisição de novos animais, possibilitando a continuidade do processo produtivo. Acrescenta-se ainda o acesso a políticas públicas, ampliação das vendas dos produtos na propriedade e para ambulantes. Observou-se também a manutenção das estruturas após o encerramento do PBSM. Quando se trata de assistência técnica, muitos consideraram boa, apesar de escassa em alguns momentos, decorrentes da própria estrutura institucional, tornando esse fato, para alguns beneficiários, um grande entrave para o desenvolvimento produtivo.

O programa apresentou insuficiência em alguns pontos, como não oferecer meios para comercialização da produção, falta de assistência após o término do programa, que necessitavam de um olhar mais atento de modo a melhorar ou eliminar essas insuficiências. Outro aspecto a ser ressaltado é a relação entre as esferas do governo (federal, estadual e municipal), por ser uma política que envolveu as três esferas, nota-se

durante a execução do plano que não houve interação e dialogo entre eles, perpassando a visão de individualidade governamental na fase de execução.

Estreitando a relação ao nível Estadual e Municipal, observou-se a não interação e mutualidade da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE) e poder municipal de Araripe-Ce, em especial a Secretaria de Agricultura e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município. Necessitando de uma articulação capaz de criar elos, com o intuito de desenvolver e fortalecer a agricultura familiar, por meio de visitas técnicas, palestras, eventos, feiras, intercâmbios, etc.

De modo geral, o PBSM teve um resultado positivo, considerando que fez parte de uma estratégia que envolvia várias ações do gov. Federal no âmbito econômico e social. Portanto, essa análise não se encerra aqui, visto que o processo de combate a pobreza e extrema pobreza, principalmente no meio rural, é lento. Variados debates surgem com o intuito de agregar as experiências que o Governo Federal adquiriu ao longo do tempo com outras políticas públicas voltadas para o espaço rural.

REFERÊNCIAS

Agricultura familiar, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1. Acesso em: 03 março 2022.

AMARAL, Aline Diniz. O papel do Cadastro Único no Plano Brasil Sem Miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; DA COSTA, Patricia Vieira (Ed.). **O Brasil sem miséria**. Brasília, DF: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, 2014.

ANDRADE, Jucilaine Aparecida; NUNES, Marcos Antônio. Acesso à água no Semiárido Brasileiro: uma análise das políticas públicas implementadas na região. **Revista espinhaço**. 2014.

ARARIPE. Perfil Municipal de Araripe. [s.d]. Disponível em: http://ipecedata.ipece.ce.gov.br/ipece-data-web/module/perfil-municipal.xhtml. Acesso em 15 março 2022.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 15, p. 123-142, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual**. Economia e sociedade**, v. 21, p. 729-747, 2012.

BRASIL. Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico. Disponível em: https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mds/cadastro-unico-dos-programas-sociais-cadunico.html. Acesso em: 10 março 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 1.946, DE 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências Brasília**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htmimpressao.htm. Acesso em: 03 março 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 7.492, DE 2 DE JUNHO DE 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7492.htm. Acesso em: 03 fevereiro 2022.

BRASIL. LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 03 março 2022.

BRASIL. LEI Nº 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12512.htm. Acesso em: 12 outubro 2022.

BRESNYAN, Edward William. Tema 2: Determinantes da pobreza. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Orgs.). **Pobreza Rural: concepções, determinantes e**

proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas. V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial. Brasília. 2011.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 33-60, 2014.

CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; DA COSTA, Patricia Vieira. (Orgs.) **O Brasil sem miséria**. Brasília, DF: MDS, 2014.

CASTRO; Jorge Abrahão de, OLIVEIRA; Márcio Gimene de. Políticas Públicas e Desenvolvimento. MADEIRA, Lígia Mori (org). **Avaliação de Políticas Públicas**, UFRGS/GEGOV, Porto Alegre, 254 p, 2014.

CAZELLA, Ademir Antonio et al. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade**, v. 15, p. 49, 2016.

COELHO, Carlos Nayro. 70 anos de política agrícola no Brasil (1931-2001). **Revista de política agrícola**, v. 10, n. 3, p. 3-58, 2012.

COSTA, Patricia Vieira (Ed.). **O Brasil sem miséria**. Brasília, DF: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, 2014.

COSTA, Rodolfo Ferreira Ribeiro da; COSTA, Genivalda Cordeiro. Pobres no campo, ricos na cidade? Uma análise multidimensional da pobreza. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 54, p. 537-560, 2016.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE eletrônica**, v. 1, p. 1-12, 2002.

DA COSTA, Patricia Vieira; FALCÃO, Tiago. O eixo de garantia de renda do plano brasil sem miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; DA COSTA, Patricia Vieira (Ed.). **O Brasil sem miséria. Brasília**, DF: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, 2014.

DE ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. A política social no governo Lula. **Novos Estudos Cebrap**, v. 70, p. 7-17, 2004.

DE ARAUJO, Jair Andrade; DE SAMPAIO MORAIS, Gabriel Alves; CRUZ, Mércia Santos. **Estudo da pobreza multidimensional no Estado do Ceará**. Revista Ciências Administrativas, v. 19, n. 1, p. 85-120, 2013.

DE MEDEIROS, Cleyber Nascimento; DE PINHO NETO, Valdemar Rodrigues. Os determinantes espaciais da extrema pobreza no estado do Ceará-2010. 2011.

DOS SANTOS, Roberta Nayara Bezerra; DE AZEVEDO, Jucicléa Medeiros. Plano brasil sem miséria (PBSM) e suas ações no município de encanto (RN). **Revista Geotemas**, v. 6, n. 1, p. 35-50, 2016.

ECHEVERRI, Rafael. Tema 2: Estratégias de combate a pobreza e as desigualdades na américa latina. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Orgs.). **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de**

políticas públicas. V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial. Brasília. 2011.

EMATERCE. Centro de Atendimento Regional do Cariri-Oeste. Campos Sales; Ceará. 2022.

EMATERCE. **Missão e Visão da Empresa de Assistência Técnica do Ceará.** 2009. Disponivel em https://www.ematerce.ce.gov.br/2009/11/05/missao/. Acesso em 01 fevereiro 2022.

FALCÃO, Tiago; DA COSTA, Patricia Vieira. A linha de extrema pobreza e o Público alvo do plano brasil sem miséria. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; DA

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. São Paulo em perspectiva, v. 18, p. 95-103, 2004.

GIL, Antonio Carlos Gil. **Técnicas de pesquisa em economia**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GODINHO, Isabel Cavalcante. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais. In: **Conferência do Desenvolvimento Nacional**. 2011.

GRISA, Catia.; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **RESR** [online], p. 125 – 146, 2015.

HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, v. 25, p. 469-483, 2013.

História da Embrapa. [s.d]. Disponível em: https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/a-embrapa. Acesso em: 03 março 2022

HÖFLING, Eloisa de. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, v. 21, p. 30-41, 2001.

HOLANDA, Marcos Costa et al. **Fundo estadual de combate à pobreza (FECOP)**: **fundamentos e resultados**. Fortaleza: IPECE, 2006.

IBGE. Cidades e Estados Ceará. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce.html. Acesso em 16 fevereiro 2022.

IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010 Ceará. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=210&uf=23. Acesso em: 16 fevereiro 2022.

IPC-IG. **Atlas da extrema pobreza no Norte e Nordeste do Brasil - International Policy Centre for Inclusive Growth**. 2015. Disponível em: https://ipcig.org/publication/27794?language_content_entity=pt-br. Acesso em 26 fevereiro 2022.

IPEADATA**. Salário Mínimo Vigente, Frequência Mensal de 1940.07 até 2022.12**. Disponível em:<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?stub=1&serid1739471028=1739471028>. Acesso em: 17 fevereiro 2022.

MALUF, Renato; MATTEI, Lauro. Elementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da pobreza rural. In: MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (Orgs.). **Pobreza Rural: concepções, determinantes e proposições para a construção de uma agenda de políticas públicas**. V Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial. Brasília. 2011.

MELLO, Janine et al. A inclusão produtiva rural do Brasil Sem Miséria: estratégias e primeiros resultados. In: CAMPELLO, Tereza; FALCÃO, Tiago; DA COSTA, Patricia Vieira (Ed.). **O Brasil sem miséria**. Brasília, DF: Ministério do desenvolvimento social e combate à fome, 2014.

MIELITZ NETTO, Carlos Guilherme Adalberto; DE MELO, Lenivaldo Manoel; MAIA, Cláudio Machado. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**. PLAGEDER, 2010.

MORESI, Eduardo *et al*. **Metodologia da pesquisa**. Brasília: Universidade Católica de Brasília, v. 108, n. 24, p. 5, 2003.

NAVARRO, Zander**.** Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

NEDER, Henrique Dantas. **Um estudo sobre a pobreza rural com abordagem multivariada**. SOBER. Rio Branco, 2008.

PÉRSICO, João Augusto. **Cartilha de acesso ao PRONAF**. SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Brasília/DF, 2011.

PINHEIRO, Vinícius C. Modelos de desenvolvimento e políticas sociais na américa. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 12, 1995.

PRATA, Pedro Reginaldo. Desenvolvimento econômico, desigualdade e saúde. **Cadernos de saúde pública**, v. 10, p. 387-391, 1994.

RUSSO, Letícia Xander; PERRE, J. L.; ALVES, Alexandre Florindo. Diferencial de Rendimento entre trabalhadores rurais e urbanos: uma análise para o Brasil e suas regiões. **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, v. 44, 2016.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011. (Coleção Vira-Vira, 2).

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. Políticas públicas. **Coletâneas. Volumes**, v. 1, 2007.

SAWAYA, Ana Lydia et al. Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros. **Estudos avançados**, v. 17, p. 21-44, 2003.

SCHMIDT, João Pedro. Para Estudar Políticas Públicas: Aspectos Conceituais, Metodológicos e Abordagens Teóricas. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 119-149, set/dez. 2018.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, A. Ademir. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Org.) Políticas Públicas e Participação Social no Barsil Rural. Porto Alegre, 2004, p. 21-50.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das letras, 2018.

SENA, Talita Marques; SENA, Tassiana Marques; DA SILVA FILHO, Luiz Gomes. Associação de produtores rurais, uma forma de organização e desenvolvimento local. **Revista Includere**, v. 3, n. 1, 2017.

SILVA, CL da; BASSI, N. S. S. Políticas públicas e desenvolvimento local: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. **Rio de Janeiro**: Vozes, 2012.

SILVA, José Graziano et al. O que há de realmente novo no rural brasileiro. Brasília: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, vol 19, no 1, p. 37-67, Jan/abr. 2002.

SOUSA, Erika Costa; SOUSA, Janaildo Soares de; ALBUQUERQUE, Eucinete de Menezes; LESSA, Laura Cunha Rebouças; CARVALHO, José Natanael Fontenele de. Índice de pobreza multidimensional do nordeste brasileiro: uma análise no período de 2009-2015. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 17, e257101725129, 2021.

VIECELLI, Pahola; GAZOLLA, Márcio; MARINI, Marcos Junior. Plano Brasil Sem Miséria: uma análise das metas e do acesso as políticas públicas de inclusão produtiva no campo. **Revista Grifos**, n. 42, 2017.

VILLAROSA, Francesco Notarbartolo di. Iniciativa Brasileira de Aprendizagem por um Mundo sem Pobreza, **Inclusão produtiva rural: a experiência de assistência técnica e transferência de renda do Ceará, Brasil**, Brasília, 2017.

YASBEK, Maria Carmelita. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, p. 104-112, 2004.

ZIMMERMANN, Silvia Aparecida et al. Desenvolvimento Territorial E Políticas De Enfrentamento Da Pobreza Rural No Brasil Territorial Development And Public Policies To Figth Rural Poverty In Brazil. **Campo-Território: Revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 540-573, 2014.

APÊENDICE



UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI - URCA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Questionário para obtenção de dados relacionados ao desenvolvimento da pesquisa intitulada: Análise da política pública Plano Brasil Sem Miséria e os resultados do eixo inclusão produtiva para os seus beneficiários no município de Araripe – CE.

Beneficiário(a): ____
Localidade: _____________________________
Data da aplicação: ___/___/___

I. Caracterização do beneficiário do Programa

1. Sexo: ( ) Masculino; ( ) Feminino
2. Número de pessoas que compõe a unidade familiar:
   ( ) Até 3 pessoas; ( ) 3 a 5 pessoas; ( ) mais de 5 pessoas
3. Número de filhos que moravam na unidade familiar durante o programa:
   ( ) Menor de 15 anos; ( ) Entre 16 e 21 anos; ( ) Maior que 22 anos
4. Faixa etária durante o programa:
   ( ) 18 anos; ( ) 19 a 30 anos; ( ) 31 a 40 anos; ( ) 41 a 50 anos; ( ) mais de 50 anos
5. Nível de escolaridade do titular do programa?
   ( ) Da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário)
   ( ) Da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio)
   ( ) Ensino Médio (antigo 2º grau)
   ( ) Ensino Superior
   ( ) Não estudou, mas sabe ler e escrever
   ( ) Não sabe ler nem escrever
6. A família é quilombola? ( ) Sim; ( ) Não
7. Participa de alguma associação e/ou sindicato? ( ) Sim; ( ) Não
8. É beneficiário de Programas de transferência de renda?
   ( ) Atualmente, sim ( ) Atualmente, não

II. Caracterização da unidade familiar

1. Antes do programa a família era beneficiária de quais políticas públicas dos Governos Federal, Estadual e Municipal?

( ) Benefício INSS; ( ) Seguro Safra; ( ) Biodisel; ( ) Bolsa Família; ( ) Hora de Plantar; ( ) PRONAF; ( ) Outros ______________________

2. Quanto à condição de posse da terra:
   ( ) Proprietário; ( ) Arrendatário; ( ) Assentado; ( ) Posseiro; ( ) Outros,_________
3. Quanto tempo trabalha no campo?
   ( ) Sempre; ( ) Menos de 10 anos; ( ) Entre 10 e 20 anos; ( ) Mais de 20 anos
4. Quais as principais atividades desenvolvidas antes do Programa?
   ( ) Agricultura; ( ) Pecuária; ( ) Outras, __________________________________
5. A mão de obra utilizada é familiar?
   ( ) Sim, totalmente; ( ) Sim, parcialmente; ( ) Não, uso mão de obra contratada
6. Qual era a renda da unidade familiar antes do programa?
   ( ) Até um salário mínimo; ( ) Um salário mínimo; ( ) Acima de dois salários mínimo
7. Qual a renda atual da unidade familiar?
   ( ) menos de um salário mínimo; ( ) Um salário mínimo; ( ) Acima de dois salários mínimo
8. Origem da renda familiar antes do programa?
   ( ) Produção da propriedade; ( ) Transferência governamental; ( ) Atividades não-agrícolas; ( ) Trabalho formal na cidade
9. Origem da renda familiar atual?
   ( ) Produção da propriedade; ( ) Transferência governamental; ( ) Atividades não-agrícolas; ( ) Trabalho formal na cidade
10. Qual área do seu estabelecimento em hectares?
   ( ) 01 ha; ( ) 02 ha; ( ) 03 ha; ( ) acima de 04 ha
11. Qual a área disponível para produção?
   ( ) 01 ha; ( ) 02 ha; ( ) 03 ha; ( ) acima de 04 ha

III. O PBSM/Eixo inclusão produtiva

1. Como tomou conhecimento do Programa? _________________________________
2. Como considera o acesso ao Programa?
   ( ) Fácil; ( ) Moderado; ( ) Difícil
3. Qual foi o seu projeto produtivo?
   ( ) Avicultura; ( ) Suinocultura; ( ) Caprino ovinocultura; ( ) Hortaliças
4. Mudou o projeto durante o programa?
   ( ) Sim; ( ) Não; Qual novo projeto? ___________________________
5. Qual motivo da mudança? ____
6. Quantos membros da família estavam envolvidos com o Projeto?
   ( ) Até 3 membro; ( ) 4 a 5 membros; ( ) Mais de 5 membros
7. Quais eram as principais dificuldades encontradas no âmbito da produção antes do Programa?
   ( ) Dificuldade de acesso a políticas públicas; ( ) Falta de assistência técnica; ( ) Falta de insumos; ( ) Falta de informação; ( ) Falta de tecnologia
8. O Programa eliminou essas dificuldades? ( ) Sim; ( ) Não
9. O recurso recebido foi suficiente para uma mudança na organização produtiva?

a. Em relação à primeira etapa? ( ) Sim; ( ) Não
b. Em relação à segunda etapa? ( ) Sim; ( ) Não
c. Em relação à terceira etapa? ( ) Sim; ( ) Não

10. Como avalia o Programa? ( ) Ruim; ( ) Regular; ( ) Bom; ( ) Ótimo
11. O programa proporcionou acesso a outras políticas públicas?
( ) PAA; ( ) PNAE; ( ) Benefício INSS; ( ) Seguro Safra; ( ) Biodisel; ( ) Bolsa Família; ( ) Hora de Plantar; ( ) PRONAF; ( ) Outros ______________________

IV. Infraestrutura e segurança alimentar (antes e depois do projeto)

1. Acesso à energia elétrica:
( ) Já possuía antes do Programa; ( ) Passou a ter acesso com o Programa
2. Acesso à água potável para consumo:
( ) Já possuía antes do Programa; ( ) Passou a ter acesso com o Programa
3. Tem cisterna na residência?
( ) Já possuía antes do Programa; ( ) Passou a ter acesso com o Programa
4. Qual origem da alimentação básica da família?
( ) Inteiramente produzida na propriedade; ( ) Comprada em mercado; ( ) Mista
5. Houve mudanças da forma como a família se alimentava, melhorou a qualidade da alimentação? ( ) Sim; ( ) Não
6. Qual destino da produção antes do Programa?
( ) Apenas para o consumo da família; ( ) Para consumo da família e comercialização; ( ) Apenas para comercialização
7. Qual destino da produção depois do Programa?
( ) Apenas para o consumo da família; ( ) Para consumo da família e comercialização; ( ) Apenas para comercialização
8. Se comercializa(va) a produção, quais os canais utilizados/utilizava?
( ) Feiras e mercados; ( ) Venda para ambulante; ( ) Venda para município. ( ) Venda na propriedade

V. Assistência técnica

1. Recebeu assistência técnica durante o programa? ( ) Sim; ( ) Não
2. Recebe assistência técnica após o término do programa? ( ) Sim; ( ) Não
3. Houve mudança de técnicos durante o programa? ( ) Sim; ( ) Não
4. O técnico responsável pelo Programa conseguiu repassar de forma clara as informações sobre o Programa?
( ) Sim; ( ) Não, qual motivo? ____
5. Qual sua opinião sobre a mudança de técnicos?
( ) Ruim; ( ) Regular; ( ) Bom; ( ) Ótimo; ( ) Outro, ________________________
6. Quando solicitada, recebeu assistência técnica? ( ) Sim; ( ) Não
7. Como você avalia a qualidade da assistência técnica recebida?
( ) Ruim; ( ) Regular; ( ) Bom; ( ) Ótimo
8. O órgão responsável pela execução do programa realizou algum evento/visita técnica/reuniões? ( ) Sim; ( ) Não

9. Além da EMATERCE outra empresa de assistência técnica presta serviços na localidade?
   ( ) Sim; ( ) Não; Se sim, qual? ____

VI. Sobre os resultados do Programa

1. O programa conseguiu garantir renda suficiente para a família advinda da produção no estabelecimento?
   ( ) Sim; ( ) Não, quais os principais obstáculo encontrados?
   ____
   ____
2. Participou das três etapas do Programa?
   ( ) Sim; ( ) Não; Qual motivo do desligamento?
   ____
   ____
3. O dinheiro do programa foi suficiente para atender as normas do projeto técnico?
   ( ) Sim; ( ) Não
4. Houve aumento da produtividade na propriedade através do programa?
   ( ) Sim; ( ) Não
5. O programa ofereceu meios para venda da produção? ( ) Sim; ( ) Não
6. Quais as principais dificuldades encontradas em relação à implantação do Projeto?
   ( ) Recursos insuficientes; ( ) Assistência técnica insuficiente; ( ) Falta de equipamentos adequados; ( ) Área do estabelecimento pequena; ( ) Projeto inadequado para o perfil do município e/estabelecimento; ( ) Dificuldade de acesso à água; ( ) Dificuldade de acesso ao mercado; ( ) Dificuldade em relação ao manejo; ( ) Dificuldade em relação aos preços praticados; ( ) Outros ____________________
7. A unidade familiar conseguiu dar continuidade a produção após o encerramento do programa?
   ( ) Sim; ( ) Não; Se não, qual o motivo? ________________________________
8. Em relação ao apoio municipal, houve empenho da gestão pública em estimular a produção e comercialização da produção local?
   ____
9. Existe apoio efetivo da gestão municipal para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar? ( ) Sim, muito; ( )Parcialmente; ( ) Não
10. Em relação à superação da pobreza?
    ( ) O programa atingiu seu objetivo; ( ) O programa não atingiu seu objetivo. Quais os principais motivos? ____
11. Em relação à sucessão no estabelecimento, gostaria que seus filhos permanecessem no campo?
    ( ) Sim; ( ) Não, pode justificar?
    ____
    ____
    ____

ANEXO

Relatórios de Prestação de ATER (RPA) para orientação escrita e verbal de como o fomento deveria ser investido pela unidades familiares beneficiadas do programa no município de Araripe – CE. A primeira via da RPA ficou com a unidade familiar e a segunda via foi encaminhada ao escritório local da EMATERCE.

Relatório de Prestação de ATER (RPA) - Avicultura

Ematerce

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Agrário

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE ATER – RPA
ESCRITÓRIO: ARARIPE

BENEFICIÁRIO: [illegible]
MUNICÍPIO: ARARIPE **LOCALIDADE:** [illegible]
PROGRAMA/PROJETO: PBSM/ACT
MUTUÁRIO SIM ( ) NÃO ( ) FINANCIAMENTO CUSTEIO ( ) FOMENTO (X)
BANCO: CAIXA **VALOR FINANCIAMENTO R$ 2.400,00** **REF. CÉDULA:**

I – OBJETIVOS: Orientar a família quanto à implantação do projeto de aves caipira através do fomento do Plano Brasil sem Miséria, cuja primeira parcela é de R$ 1.400,00, que será liberada por ocasião do pagamento do Bolsa Família, conforme calendário da Caixa Econômica Federal.

II – ORIENTAÇÕES PRESTADAS

a) De Ordem Gerencial

O valor a ser recebido na primeira parcela é de R$ 1.400,00 que será aplicado da seguinte forma:

Aquisição de 50 pintos de três dias no valor total de R$ 200,00

Aquisição de 17 sacos de 50 quilos de ração balanceada no valor total de R$ 850,00

Construção de um aviário no valor total de R$ 260,00

Aquisição de medicamentos no valor total de R$ 90,00

Lembramos que o dinheiro só deverá ser aplicado na compra dos itens acima, quando da visita do técnico responsável a propriedade para realizar melhores esclarecimentos.

Registrar todas as despesas e receitas realizadas com a criação das aves.

DE ACORDO: DATA:

Produtor ou Representante dos Produtores Rurais Agente Rural

1ªvia -BENEFICIÁRIO
2ª via – ESCRITÓRIO

Técnico Responsável
CPF:

Relatório de Prestação de ATER (RPA) - Ovinocultura

Ematerce

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Agrário

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE ATER – RPA

ESCRITÓRIO: ARARIPE

BENEFICIÁRIO: [redacted]	
MUNICÍPIO: ARARIPE	**LOCALIDADE:** [redacted]
PROGRAMA/PROJETO: PBSM/ACT	
MUTUÁRIO SIM ( ) NÃO ( ) FINANCIAMENTO CUSTEIO ( )	**FOMENTO (X)**
BANCO: VALOR FINANCIAMENTO R$ 2.400,00	**REF. CÉDULA:**

I – OBJETIVOS: Orientar a família quanto à implantação do projeto de ovinos, com recursos do fomento do Plano Brasil sem Miséria, cuja primeira parcela é de R$ 1.400,00, que será liberada quando do pagamento do Bolsa Família conforme calendário da Caixa Econômica Federal.

II – ORIENTAÇÕES PRESTADAS
a) De Ordem Gerencial
O valor a ser recebido na primeira parcela é de R$ 1.400,00 que será aplicado da seguinte forma;
Aquisição de três ovelhas no valor total de R$ 540,00
Aqusição de um reprodutor ovino no valor total de R$ 350,00
Construção de aprisco rústico no valor total de R$ 360,00
Aqusição de vermífugos, sal mineral e medicamentos no valor total de R$ 150,00
Lembramos que o dinheiro só deverá ser aplicado nos itens acima, quando da visita do técnico responsável a propriedade para melhores esclarecimentos.
Registrar todas as despesas e receitas realizadas com a criação de oviinos

DE ACORDO: DATA: [illegible]

Produtor ou Representante dos Produtores Rurais Agente Rural

1ªvia -BENEFICIÁRIO
2ª via – ESCRITÓRIO Técnico Responsável

Relatório de Prestação de ATER (RPA) - Suinocultura

Ematerce

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Desenvolvimento Agrário

RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE ATER – RPA

ESCRITÓRIO: ARARIPE

BENEFICIÁRIO: [illegible]

MUNICÍPIO: ARARIPE LOCALIDADE: [illegible]

PROGRAMA/PROJETO: PBSM/ACT

MUTUÁRIO SIM ( ) NÃO ( ) FINANCIAMENTO CUSTEIO ( ) FOMENTO (X)

BANCO: [illegible] VALOR FINANCIAMENTO R$ 2.400,00 - REF. CÉDULA:

I – OBJETIVOS: Orientar a família quanto à implantação do projeto de suino, com recursos do fomento do Plano Brasil sem Miséria, com primeira parcela no valor de R$ 1.400,00 que liberado quando do pagamento do Bolsa Familia, conforme calendário da Caixa Econômica Federal

II – ORIENTAÇÕES PRESTADAS

a) De Ordem Gerencial

O valor a ser recebido na primeira parcela é de R$ 1.400,00 que será aplicado da seguinte forma:

Aqusição de quatro matrizes suinas no valor de R$ 600,00

Aqusição de um reprodutor suino no valor de R$ 200,00

Construção da pocilga no valor de R$ 260,00

Aqusição de seis sacos de 50 quilos de ração balanceada no valor de R$ 300,00

Aqusição de vermifugos e medicamentos no valor de R$ 40,00

Lembramos que o dinheiro só deverá ser aplicado na compra dos itens acima, quando da visita do técnico responsável

Registrar todas as depesas e receitas realizadas com a criação dos suinos

DE ACORDO: DATA: [illegible]

Produtor ou Representante dos Produtores Rurais

Agente Rural

1ª via -BENEFICIÁRIO
2ª via – ESCRITÓRIO

Técnico Responsável
CPF: